



# ELPO



PORTE  
PAGO

ANO V  
OUTUBRO  
1979  
N.º 76  
MENSAL  
PREÇO 10\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção  
Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director  
JOÃO MATIAS DE VASCONCELOS

Composto e impresso nas oficinas  
Empresa Pública dos Jornais Século e Popular (EPSP)  
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

## EDITORIAL

Comemora-se este mês a nível mundial e sob a orientação da Organização das Nações Unidas a Semana do DESARMAMENTO, pelo DESANUVIAMENTO e para a PAZ.

A PAZ é a antítese da guerra. E os homens, que à medida dos tempos vão evoluindo, cada vez gritam mais alto «VIVA A PAZ». Mas que paz? O que é a paz para os homens do planeta onde habitamos e o que será a guerra para esses mesmos homens? Pergunta complexa a que talvez só o futuro responderá.

Defrontamo-nos perante o problema «Países ricos e pobres, grandes e pequenas potências». É mais forte o que possui mais armas estratégicas; é mais forte o que tem mais bases estratégicas e mais poderio militar.

Perguntaríamos: o que são os exércitos? O que vale uma divisão frente a uma bomba atómica? Poderíamos referir todos os raciocínios lógicos mas acabaríamos por perguntar o que vale um homem frente a outro homem. O Mundo está em crise, os grandes políticos medeiam e negociam sem cessar. Existem acordos atrás de acordos. E nós, cidadãos normais e anónimos, qual a nossa posição? Não somos governantes mas somos cidadãos eleitores. Qual a nossa missão? Bem, julgamos que é a luta contra o mito, contra a fome, contra a miséria e contra os cientistas que utilizam a sua capacidade no desenvolvimento tecnológico de armas cada vez mais destruidoras.

E nós deficientes, o que somos no fundo? Albergue de caridades e comiserações para servir as pessoas «bem intencionadas». Não! A resposta mais enérgica tem que emergir de quem mais sofre e de quem com sacrifício próprio já viveu os antagonismos dos políticos. A nossa voz é clara e enérgica e continuaremos a lutar pela valorização e respeito da pessoa humana, e temos que ser ouvidos e respeitados.

Não à guerra e à violência. Não queremos mais deficientes. E atenção, Srs. Governantes, houve guerras e há Portugueses deficientes que precisam de normas legislativas justas. Não só para os homens que estiveram na frente mas também para todos aqueles que apoiavam os primeiros. Não há dúvida que uma máquina só funcionará se todos os elementos que a compõem estiverem interligados e funcionais.

Lutaremos pela PAZ em PORTUGAL e no Mundo inteiro, mas que ninguém se esqueça que já existem muitas vítimas de guerra.

## ENCONTRO MUNDIAL DE EX-COMBATENTES PARA O DESARMAMENTO

Teve lugar em Roma de 18 a 20 de Outubro de 1979 um encontro mundial com a participação de mais de 600 pessoas oriundas de 54 Países de todo o Mundo.

Portugal esteve presente por intermédio de dois representantes da Associação dos Deficientes das Forças Armadas que foi convidada no princípio do ano (Fev./Março) a estar presente, assistiu a todas as sessões e interveio com o estatuto de observador, uma vez que não somos ainda membros de qualquer organização mundial.

O que levou a nossa Associação a Roma foi a consciência que temos de poder gritar bem alto dentro e fora do nosso País que não queremos mais guerras; nem agora nem para as gerações futuras.

Podemos e devemos fazê-lo. De várias formas, sempre actuantes de modo a deixar bem claro que no esforço comum de todos os habitantes da Terra para se conseguir o verdadeiro caminho para a Paz, estará concertada a solução do problema.

A nossa contribuição está a ser dada, a nossa consciencialização está em curso e antes de passarmos à transcrição na íntegra da «Mensagem» que trouxemos para Portugal, só nos resta dar mais umas pequenas notas informativas pois o relatório desta deslocação só é viável de ser apresentado em detalhe no próximo mês.

a) Os Países participantes foram os seguintes:

Argel, Alemanha (Rep. Fed.), Austrália, Austrália, Bélgica, Benin, Brasil, Canadá, Coreia, Costa de

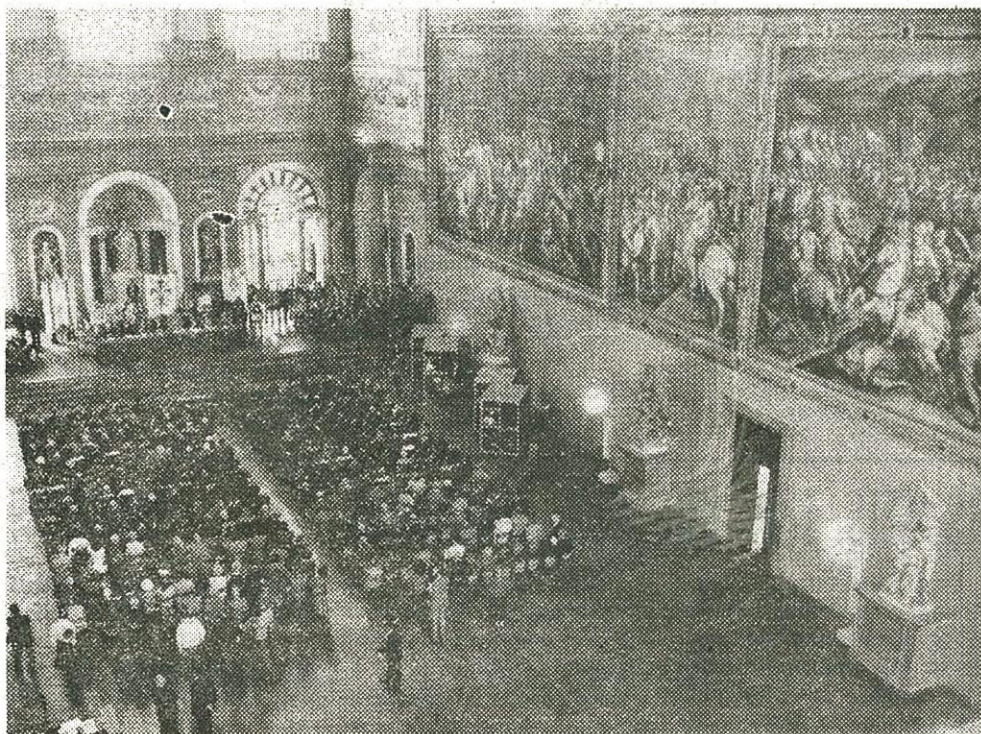
Marfim, Dinamarca, Egipto (Rep. Arábia), Espanha, Estados Unidos de América, Finlândia, França, Ghana, Grécia, Índia, Indonésia, Israel, Itália, Japão, Jordânia, Laos, Luxemburgo, Madagascar (Rep. Dem.), Malásia, Mali, Marrocos, Nepal, Nigéria, Noruega, Nova-Zelândia, Paquistão, Países-Baixos (Holanda),

b) A sessão de abertura teve lugar no Capitólio em Roma com a presença do Presidente da República Italiano.

c) Num dos últimos dias houve uma audiência do Papa aos congressistas que decorreu numa das salas do Vaticano e no decorrer da qual o Papa proferiu uma alocução a propósito do desarmamento.

tentes e vítimas da guerra de todos os continentes, estamos reunidos pela primeira vez num Encontro Mundial.

2. Testemunhas dos genocídios, dos holocaustos, dos lutos, dos sofrimentos e das ruínas cau-



Sessão de Abertura da XVI Assembleia da Federação Mundial dos Ex-Combatentes

Filipinas, Reino Unido, Senegal, Serra Leoa, Suécia, Síria, Taidânia, Turquia, Vietnam e Jugoslávia além de observadores de organizações de outros países entre os quais Portugal, U. R. S. S., Roménia, Suíça (Comité Internacional da Cruz Vermelha), etc.

cução a propósito do desarmamento.

e) Todo o congresso em Roma foi apoiado por todo um trabalho desenvolvido na 16.ª Assembleia Geral da Fundação Mundial de ex-combatentes que este ano decorreu em Florença nos cinco dias antes e na qual a nossa Associação também esteve presente e onde fez uma intervenção pública através de dezenas de contactos com dirigentes de outras Associações como a nossa.

(Transcreve-se em seguida parte do documento final da Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas consagrada ao desarmamento.)

«Eliminar a ameaça de uma guerra mundial — duma guerra nuclear — é a mais premente tarefa e a mais urgente na hora actual. O homem encontra-se face à seguinte alternativa: de pôr fim à corrida dos armamentos e progredir em direcção ao desarmamento, ou perecer.»

«Eliminar a ameaça de uma guerra mundial — duma guerra nuclear — é a mais premente tarefa e a mais urgente na hora actual. O homem encontra-se face à seguinte alternativa: de pôr fim à corrida dos armamentos e progredir em direcção ao desarmamento, ou perecer.»

### Mensagem do Encontro

1. Alarmados pelos grandes perigos engendrados pela corrida aos armamentos, nós representantes dos ex-comba-

sadas pela guerra, nós que lutamos lado a lado ou que nos defrontamos em conflitos sangrentos, enviamos à Comunidade dos Ex-Combatentes e através dela à opinião mundial e aos governos um apelo urgente.

3. Profundamente ligados à Paz e à segurança dos nossos Países, nós afirmamos a necessidade de romper o processo que poderia conduzir a humanidade à sua auto-destruição. Nós preconizamos o desenvolvimento dos acordos, visando limitar os armamentos e a favorecer o início de um desarmamento real, garantindo em cada etapa a segurança de todos.

4. O uso das armas, foi na história da humanidade um dos meios muitas vezes utilizado pelos Estados para tentar regular os seus diferendos e, para alguns, estender o seu poder. No estado actual do Mundo muitos pensam ainda que

## A ADFA realizou importante curso de Próteses

De 2 de Julho a 10 de Agosto a Delegação do Porto da nossa Associação, conjuntamente com o CMR-Alcoitão e a N. Y. U. levou a efeito um curso de prótese dos membros inferiores que teve repercussão nacional e foi frequentado por especialistas de todo o País.

A existência de um elevado número de amputados entre os Deficientes das Forças Armadas, levou à adopção de medidas que, de algum modo, pudessem suprir as carências dos mesmos, entre as quais se conta a criação de uma Oficina Ortopédica, em meados de 1976.

Até então, verificava-se a existência de um sistema de comercialização de próteses que, salvo raras excepções, pouco ou ainda tinha a ver com uma verdadeira reabilitação protésica, pelo que se procurou, desde logo, a introdução de mecanismos de cooperação médico-técnico-terápica, que permitissem uma maior rapidez e melhor qualidade no fabrico de próteses.

Procura-se ainda equi-

par a Oficina com os meios técnicos adequados e dotar o seu pessoal com conhecimentos capazes de assegurar a aplicação de técnicas permanentemente actualizadas. Neste contexto, foi em

(Continua nas pág. centrais)

(Continua na 12.ª pág.)

# BATE-ESTRADAS

Tencionava, durante o Verão, passar aí pelo Lar Militar a saber, pessoalmente, de ti, dos meus Camaradas da guerra das Áfricas, já que raramente me é possível deslocar ao Lumiar.

A verdade é que, a crua e dura realidade, é que vamos sendo verdadeiros Veteranos... Daí, não tendo as condições atmosféricas ajudado, lá voltaram as malditas dores no esqueleto e tive de ficar-me por Cascais, pendurado na bengala, aguardando melhores dias...

Mas não te esqueço, sei que também sou recordado, e lá vão umas linhas, como em campanha, só que, agora, a batalha é outra!

Desculpa o calão de Soldado (quando perderei este hábito?) mas há coisas que são uma merda... é isso, com todas as letras! Temos problemas, alguns fáceis de resolver, e ninguém ata nem desata. Pelas Unidades já se publicam Orders de Serviço onde se lê «Invalídios Militares», o termo terrível que, já antes do 2º de Abril, se conseguia arredar, banir, à custa de tanto risco e teimosia. A ADFA, de que alguns aí não gostam — talvez com razão? — parece estagnada como charco no fim da Primavera...

Olha, por vezes não sei como fazer, e a tal ponto que, se me perguntam pelos Deficientes das Forças Armadas, chego a responder, à bruta, que não fala de corda em casa do enforcado!

Mas não. Não se pode ficar indiferente — isso seria muito boa gente — vamos lutar, à nossa maneira: eu a escrever, tu a pintar com a boca, os outros a ajudar consoante sabem, porquanto quem não quiser só tem a perder.

Vamos tentar melhorar o ELO, criticando, remetendo notícias, contos, fotos, desenhos, sugestões. Vamos ainda obrigar — precisa-

mente, OBRIGAR — a ADFA ao empenhamento frontal, imediato, nas questões mais bichudas (emprego, reabilitação, integração social) sem reticências nem descanso.

Invalídios militares, ou civis, são os «doutores» das aleatífias e dos «nossos carros» às ordens, que não nos ligam. Esses sim, são bem os mutilados mentais! Nós trabalharemos, cada vez mais, e enquanto houver dentes para ranger, um sopro de vida, nada nos detará!

Conto contigo. Pela minha parte, posso garantir-te

que não vou desanimar, agora de bengala, porventura amanhã de gatas, e depois de rastos se preciso for... Parar, só morto!

Abandonando tudo e todos, fomos à guerra perdendo a saúde e capacidade de ganho, vamos agora deixar aos outros a solução do nosso futuro? Vão ser as meninas pintadas e os incapazes dos gabinetes a chegar a secretárias disto e ministros daquilo, chamando-nos inválidos e outros mimos? Isso é que era bom!!

Um grande abraço do teu amigo, António Emílio Santa-Rita (Sócio n.º 3041).

## AOS PENSIONISTAS DAS EX. COLÓNIAS IMPORTANTE

Solicita-se a todos os Sócios da ADFA que sejam pensionistas em Serviço ou Campanha e que estejam a receber as suas pensões por intermédio da Secretaria de Estado da Administração Interna-Direcção Geral de Fazenda-Cova da Moura, actualmente DSP7 da Caixa Geral de Depósitos, que informem a Secretaria (Sede) da Associação do seguinte:

- 1 — Montante exacto da pensão;
- 2 — Se está em Serviço ou Campanha;
- 3 — Indicação do n.º do cartão de D. F. A.;
- 4 — Indicação do n.º do cartão Meca-

nográfico da Direcção Geral de Fazenda;

- 5 — Indicação do n.º do cartão de reformado se for pensionista em Serviço;
- 6 — Indicação do grau de incapacidade;
- 7 — Indicação dos anos de serviço (conta desde a data da incorporação até à data da homologação da JHI).

Todos estes elementos devem ser fornecidos o mais rapidamente possível afim de se poder solucionar junto das entidades respectivas, o não pagamento das diuturnidades.

# ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES

No «Diário da República» de 6 de Novembro foram, oficialmente, publicados os novos montantes do salário mínimo nacional.

Esta publicação vinha sendo aguardada com bastante expectativa, pois há cerca de dois meses que havia sido anunciada pelo Governo.

O montante da remuneração mínima mensal foi fixada em 7500\$00 e produz efeitos desde 1 de Outubro.

Como o salário mínimo nacional constitui um componente das pensões de reforma extraordinária e de invalidez, estes novos montantes irão determinar alterações naquelas pensões.

Contudo, já em 11 de Julho haviam sido publicados os Decretos-Lei n.º 204-A/79 que aprovou a nova tabela de vencimentos da função pública e actualizou as pensões de reforma e aposentação e n.º 209-A/79 que fixou os vencimentos bases a abonar mensalmente aos militares dos três ramos das Forças Armadas.

Face a estes diplomas, e nos termos do D.L. n.º 43/76 de 20 de Janeiro, esperava-se, a cada momento, que a C. G. de Aposentações procedesse à revisão das pensões, considerando os aumentos então determinados.

Tal não sucedeu e o atraso verificado levou a Direcção Central a solicitar uma entrevista àquela Caixa de modo a expor as suas preocupações face ao protelamento verificado no processamento dos novos quantitativos das pensões.

Assim, em 5-11-79 foi um representante da Direcção recebido pelo dr. Costa Nunes, sub-director das Reformas Militares, a quem fez sentir as dificuldades que decorriam, para os nossos associados, da não actualização das pensões. Foi-nos referido, na altura, que tal atraso se devia à não publicação, no «Diário da República», dos novos montantes do salário mínimo nacional, já oportunamente anunciados pelo Governo e que era aguardado a cada momento. Tal facto permitiria aos serviços da C. G. Aposentações proceder à revisão das pensões entrando, no que respeita aos D. F. A., com a componente do salário mínimo nacional, evitando assim duplicação de serviços. Porém, reconhecida a excessiva demora verificada na oficialização do novo salário mínimo nacional, já imediatamente os serviços de informática proceder de imediato à actualização, na base dos D. L. n.º 204-A/179 e 209-A/79 de 11 de Julho, deixando para data posterior, possivelmen-

te princípios do próximo ano, o reajuste das pensões dos D. F. A. no tocante ao preço do salário mínimo nacional. Entretanto, este vier a ser alterado como tudo indica que sim.

Exactamente, no dia seguinte a esta entrevista, saiu na folha oficial o tão ambicionado diploma que referimos no início.

Perante esta surpresa, inclusive, para a C. G. de Aposentações, tentámos contactar telefonicamente o dr. Costa Nunes, da Direcção de Reformas Militares, mas infelizmente não nos foi possível, não obstante as insistentes diligências efectuadas.

Desejávamos saber, para disso dar conhecimento aos sócios, mesmo em cima da hora, da atitude, que aquela Direcção de Reformas tomara, face à oficialização dos novos montantes do salário mínimo nacional.

Queríamos saber, pois se os mesmos já seriam tidos em consideração nas actualizações, entretanto em execução, ou, se pelo contrário, aguardariam processamento mais tarde.

Não obstante os esforços desenvolvidos, não nos foi possível obter a informação a tempo de seguir hoje mesmo no «ELO».

# SESSÃO SOBRE O DESARMAMENTO

A ADFA promoveu no dia 31 de Outubro uma sessão pública sobre o desarmamento, integrada na Semana da ONU sobre este tema.

A sessão teve lugar no Salão Nobre da Sede,

em Lisboa e contou com a colaboração do Centro de Informações da ONU em Portugal e do Conselho Português da Paz e Cooperação.

A Direcção Central aproveitou a oportunidade para tornar pública a Mensagem do I Encontro Mundial de Ex-Combatentes para o Desarmamento que publicamos noutra local deste número do nosso ELO.

A Direcção Central recebeu telegramas e telefonemas de solidariedade, nomeadamente da

Primeiro-Ministro, de membros do C. R., do General Costa Gomes e outros.

Entre os assistentes encontrava-se o conselheiro Pezarat Correia e outras figuras conhecidas do grande público.

A abrir esta sessão foi exibida pela primeira vez em Portugal um filme sobre o perigo da guerra, que a RTP passou no dia 4 de Novembro deste ano.

O próximo ELO trará mais informações sobre este acontecimento.

## AS LEIS TÊM QUE SER CUMPRIDAS

Os Deficientes das Forças Armadas residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira estão desde este Verão a ser prejudicados porque os Serviços da TAP nos aeroportos das Ilhas, agarrando-se ilegalmente à portaria (287 B/79) de 20 de Junho, que altera as tarifas aéreas da TAP entre o Continente e as Regiões Autónomas, não fazem o desconto de 50% aos DFA previsto no n.º 4 do art.º 14 do Decreto-Lei 43/76.

A Direcção da nossa Delegação de Ponta Delgada não ficou parada perante mais esta afronta a um direito que os DFA há muito conquistaram. De então para cá tem desenvolvido os maiores esforços no sentido de ultrapassar o problema.

Neste momento o assunto ainda não se encontra resolvido, aguardando-se todavia que a curto prazo seja

reposta a legalidade e que os «Senhores» responsáveis das TAP duma vez por todas cumpram as leis.

Acrescente-se que este atropelo à legislação em vigor só se verifica nos aeroportos das Ilhas, o mesmo não acontecendo com os Serviços da TAP do Continente. É mais uma prepotência a merecer duro castigo de certos «Senhores» que nas Regiões Autónomas não gostam dos Deficientes das Forças Armadas e da sua Associação.

## PSICÓLOGO MILITAR

### MATRÍCULA NO CURSO DE PSICOLOGIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA — ANO ESCOLAR 79/80

Chama-se a atenção dos sócios da ADFA para a Circular n.º 023722, de 26OUT79, da RO/DSP do Estado-Maior do Exército que abaixo se transcreve:

1. O Brigadeiro Director do Serviço de Pessoal, encarrega-me de informar que nos termos do despacho de 26 de Outubro de 1979 é feito convite a oficiais ao abrigo do DL 43/78 e DL 90/78, que pretendam adquirir a especialidade de «Psicólogo Militar», mediante a habilitação com o Curso de Psicologia da Universidade de Lisboa a ter início no ano lectivo de 1979/80, e que satisfaçam às seguintes condições gerais:

- a) Terem 34 anos de idade ou menos até 1 de Janeiro de 1980.
- b) Terem qualquer Curso Universitário, ou
- c) Terem tido já uma matrícula válida no Ensino Superior e possuírem a habilitação adequada (Filosofia e Ciências Naturais no Curso Complementar dos Liceus), ou,
- d) Terem o Curso Complementar dos Liceus (antigo 7.º ano), com aprovação nas disciplinas de Filosofia e Ciências Naturais.
- e) Declararem que após o termo do Curso aceitam

que durante 8 anos só serão indicados para o desempenho de funções relacionadas com a especialização para a qual se qualificaram.

2. As Unidades/Estabelecimentos Militares a que os interessados pertencerem deverão enviar, até 15 de Novembro de 1979, os seguintes documentos:

— Declaração do interessado em que aceita o convite.

— Nota de assentos completa e actualizada.

— Declaração a que se refere a alínea e) do n.º 1.

3. Todas as informações poderão ser prestadas pessoalmente (ten.-cor. Cav. EDUARDO ROQUE DA CUNHA) no CEPE (Avenida de Berna, 26, 4.º, Lisboa) ou por intermédio do telefone militar 3230 (rede de Lisboa).

4. O processo de candidatura deverá ser enviado directamente ao CEPE, com conhecimento a esta Repartição.

Obs. — A Direcção da ADFA encetou diligências no sentido de eliminar a limitação de idade (34 anos) pelo que todos os sócios eventualmente interessados devem contactar, com urgência (antes de 15 de Novembro) o Gabinete dos Órgãos Sociais.

### COMUNICADO DA ZONA SUL ÉVORA

Comunica-se a todos os sócios desta zona que vão começar, no próximo dia 30 de Outubro de 1979, as aulas das 3.ª e 4.ª classes.

Os exames serão em Janeiro de 1980.

Horários a determinar entre os alunos e o professor.

Os interessados deverão contactar com a Secretaria da Delegação da ADFA em Évora.

**LÊ ASSINA DIVULGA**

**7 DE DEZEMBRO DE 1974**  
**7 DE DEZEMBRO DE 1979**  
**5 ANOS DA DELEGAÇÃO DO PORTO**

Comemora-se no próximo dia 7 de Dezembro, o 5.º Aniversário da Delegação do Porto.

Cinco anos são passados sobre a reunião de cerca de uma centena de Deficientes das Forças Armadas, que deram então o primeiro passo, para a criação de uma Delegação da A. D. F. A., na cidade do Porto, capaz de responder às necessidades prementes, que se punham aos deficientes do Norte.

Importa referir aqui e agora, quanto tal período representa de luta, para a realização dos fins que levassem à criação da A. D. F. A., luta essa, que foi sempre norteadada pelo espírito associativo, embora nem sempre compreendida por todos, mas que visaram unicamente, a resolução dos problemas que afectam os Deficientes das Forças Armadas.

Este Aniversário será assinalado, com a realização de diversas actividades, que pretendem, acima de tudo, proporcionar um franco convívio entre todos os associados.

NOTA — Ver página dedicada às Festas de Natal na ADFA.

# PÁGINA CULTURAL

Sendo a poesia uma das mais vitais formas de participação cultural o «Elo» ao longo dos seus quase cinco anos de vida tem-lhe dedicado um especial carinho, tendo por esta página passado não só os mais consagrados poetas como também aqueles que pela primeira vez viram publicado um poema seu.

Na continuação da linha seguida pelo nosso «Elo», aguardámos o envio dos vossos poemas.



## OLHA

diz-me a força que tens nessas mãos  
que moldam a vida p'lo nervo do chão.

diz-me  
o grossa da malha  
que envolve o teu corpo no fim da labuta.

diz-me  
se a máscara do cansaço  
de aço se faz.

diz-me.  
não me escondas nada.  
ou o nada dos outros.  
eu sei.

diz-me  
se a máquina que embala  
só pára de noite cansada também.

diz-me  
se o Sol te queima  
ou a chuva te molha no corpo da espiga.

diz-me  
se a luta que travas é  
dura.  
é dura.  
é dura.  
é dura.  
é dura.

diz-me  
para que toda a gente ouça.  
para que toda a gente saiba.  
para que toda a gente pense.  
para que toda a gente pense.

— a luta é dura a luta —

olha.

diz-me  
se a força que guardas no peito...  
eu.  
também.  
amanhã.  
todos.

ARMANDO TEIXEIRA

«Fui p'rá guerra  
— Mas que guerra?  
Se a guerra não era minha...  
Vivi muito  
aprendi muito  
perdi a vida que tinha!

Em dois anos  
de enganos  
a guerra nada me deu  
Fiz a guerra  
— Mas que guerra?  
Minha vida se perdeu!

Por dinheiro  
com dinheiro,  
a guerra nada nos traz...  
É justa a guerra  
qu'a vida encerra  
mas na procura da paz!...»

CARLOS F. LIPE  
Sócio 6210



## Já é também Natal na nossa terra

Ao camarada Tomás Rato,  
ainda num forçado exílio  
de circunstância.

Foi-se embora o fantasma do temor.  
Os cravos rubros destruíram o mal.  
Vinte e cinco de Abril. Dia de amor,  
que trouxe a paz de novo a Portugal.

O povo foi o herói. Deu novo fado  
à nossa Pátria. Agora, há oiro e sal.  
Povo fardado e povo não fardado  
pintaram nova face a Portugal.

E este Natal na estranja, agora, é mel  
que lambo quanto quero e quando quero.  
É monumento, é quadro, é luz, painel  
onde já posso enquadrar meu desterro.

Meu sonho, agora, pode, sem temor,  
pintar cravos e rosas nos terraços,  
enfeitar rostos com a luz do amor,  
abraçar toda a gente em meus abraços!

E em vez do choro e a dor deste desterro,  
canto na noite frígida, mas bela,  
porque já tenho a porta aberta e o ferro  
da forçada lonjura sem janela.

Foram-se os sobressaltos da saudade,  
do temor da prisão, se regressasse.  
Agora, em Portugal, a Liberdade  
abre o seu ventre à multidão — e dá-se!

E dá-se aos portugueses desterrados  
dentro e fora da terra, pátria amada.  
Todos os dias são Natais nos brados  
dos que sabem a terra libertada!

Ainda em Paris  
depois de regressar de Portugal,  
após uma ausência de 14 anos.  
Natal de 1974.

(Retirado do livro «Natal de Exílio», do poeta Vicente Campinas)

## PROCURANDO MATAR

Só — no silêncio deste quarto,  
Deste lugar, desta distância —  
Olho, penso, e depois parto —

Porque liberta já me sinto  
De tudo quanto causava minha ânsia —  
E então meu ser te vê!... Não minto.

É lá longe que fica onde cismo.  
E tu és saudade, toda a constância  
Dos sonhos que sonho neste abismo!

Do tempo sem medida já me venho...  
É agora o outro eu que consome esta  
[fragrância  
E sente meus lábios se abrindo e sorrindo  
[aos sonhos que tenho!

E nesta maneira de te ter,  
Tendo meu eu consciente em vigilância,  
Sinto morrer o que em mim nada quer!

PATRICIA LUA



## DE D. QUIXOTE E DULCINEIA NOVAS VISÕES

Para Oeste onde as aldeias se perdem  
em costumes antigos junto ao mar  
a vida é feita do produto da terra  
adubada com o sargaço  
a caca dos pássaros e o sol.  
O verde rasga o pasmo da terra  
por entre a voz dos camponeses  
o vinho e o sarro e ao meio dia  
quando os sinos da ermida tocam  
numa aflição e espanto sem medida  
os camponeses comem a segunda refeição.  
Os ratos do campo passam lestos  
e as doninhas devoram-nos.  
Velhos moinhos desfraldam velas ao vento.  
D. Quixote desce do céu  
para poisar sobre as pastagens.  
Dulcineia entretém-se a fazer renda.

VITOR-LUIS GRILO

# PRECISÁMOS DE VER

Não *desacreditamos* quando nos informaram. Porém, era de tal maneira terrível a notícia que por dever lá nos dirigimos.

Um curral murado em madeira.

Voltamos atrás. Uma senhora diz-nos. É aqui.

O Girão, com a boca aberta de espanto, balbucia: Mas isto é um curral?!... Pois é, disse a senhora. É aqui que ele vive. Falámos

hotel de cinco estrelas.

— Olhe, meus senhores — chama a atenção a nossa interlocutora. — Nós já temos tijolos e areia. Mão-de-obra não falta. Existem aqui pedreiros que não levam nada.

iríamos fazer para ajudar o nosso camarada. O carro começa a deslizar. Olhamos para trás, como que a certificarmos de que aquilo que vimos não é nenhum pesadelo.

José da Silva Marques, um homem inserido numa sociedade que teima em marginalizar, destroçar e subverter aqueles que são também filhos dum país regido presentemente por uma Constituição democrática, onde expressamente se diz:

**TODOS TÊM DIREITO A UMA HABITAÇÃO CONDIGNA.**



Aspecto geral da cozinha

Uma pequena casota também em madeira, a um canto.

No seu interior, uma cama e uma mesinha de madeira de contornos desalinhadados.

Uns cobertores sujos e um candeeiro a petróleo.

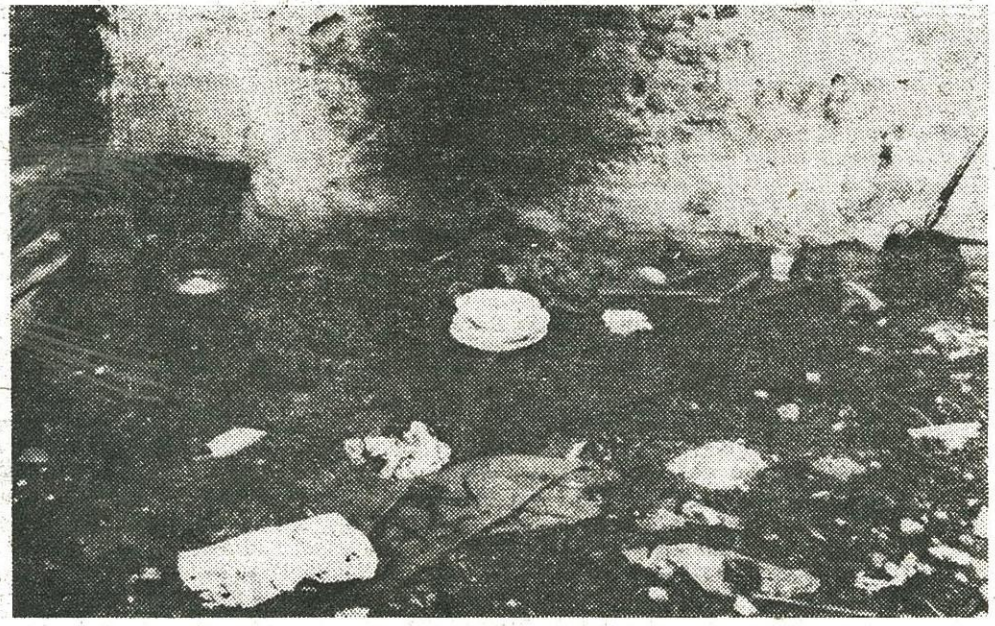
Em substituição dos tacos, palha. O tecto é um plástico.

Como «bibelô», apenas separado do leito conjugal por umas pequenas ripas, — um porco vivo. Sim...! Um animal que compartilha em igualdade de condições aquele cubículo, onde vegetam um homem, uma mulher grávida e duas crianças.

Este sofisticado conjunto forma o recheio de um quarto de casal, cujo chefe de família é o sócio da ADFA n.º 1402, com o processo nesta Delegação de Coimbra n.º 492.

com os sogros do Marques. Mal os ouvimos. Temos os olhos turvos pelo que vimos. O Maia recorda a capoeira das suas galinhas, que ao pé daquela barraca parece um

O pior é o cimento que está muito caro. Quase todas as pessoas cá na aldeia o querem ajudar a fazer uma casinha. Despedimo-nos com a promessa de que tudo



A esquerda, a entrada do quarto, cujo telhado é um plástico. A direita, leitões que partilham a moradia

Começamos esta notícia com a frase: Precisámos de ver. Porquê?

Foi assim que reagimos, quando uma senhora natural da terra do José da Silva Marques, assim se chama o nosso camarada, nos procurou nesta Delegação para nos dar a conhecer as miseráveis condições de vida do associado em questão. Conforme a senhora ia relatando as características da habitação... entreolhávamo-nos como que a não poder acreditar. Seria possível? Depois de uma reunião de direcção, um dia, lá fomos.

Lavegadas. Freguesia de Monte Redondo. Procurámos o Marques. Vamos dar com ele no cemitério onde ajudava a montar uma campa. Trabalha aos dias. Umhas vezes na lavoura, outras na construção civil. Não está abrangido por qualquer género de segurança social. Na fábrica onde trabalhou, tinha regalias sociais, mas por aqui ganha mais (!).

Indica-nos a sua residência. Para lá nos dirigimos. Perguntamos às pessoas onde é a morada por ele indicada. Custa a encontrar.

## A ADFA NO ENCONTRO MUNDIAL DE EX-COMBATENTES PARA O DESARMAMENTO

*Alocação proferida pelos Delegados da ADFA, no Encontro Mundial de Ex-Combatentes para o Desarmamento, realizado em Roma de 18 a 20 de Outubro de 1979.*

Senhor Presidente:

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal está pela primeira vez a participar, a nível internacional num encontro mundial, no qual os ex-combatentes gritam bem alto para todo o mundo que não querem mais guerra, não querem mais fome, não querem mais assistir impassíveis ao binómio países ricos e países pobres.

A riqueza de cada País encontra-se no seu povo e todos os povos são ge-

nerosos trabalhadores que querem a Paz.

Portugal durante a vigência do regime fascista enviou para as ex-Colónias os seus jovens para combaterem os povos da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique. Foram 13 anos de guerra sangrenta e fratricida em que nada havia para conquistar ou ser conquistado. O direito à auto-determinação dos povos colonizados é uma realidade histórica e social, a qual só pode ser contrariada por regimes políticos utópicos.

Sobre o mundo pesam dois grandes conflitos mundiais, reconhecidos como tal e dos quais os povos se recordam.

Outros existem de menor importância talvez

porque duraram menos tempo ou porque morreram menos soldados; mas a insegurança internacional é um facto latente. Podemos citar o Vietnã, o médio Oriente, a América Latina e tantas outras partes do mundo.

Somos homens da primeira linha e portanto podemos dizer de viva voz a todo o mundo que não queremos mais guerras.

Os homens políticos que saibam encontrar as soluções pacíficas adequadas ao bem estar da humanidade.

Para nós ex-combatentes, a guerra é a negação do próprio homem e demonstra, quando ela acontece, a irracionalidade do próprio ser humano.

A nossa Associação dentro das suas limitadas possibilidades tudo fará para que todos os cidadãos do mundo meditem no problema da guerra e a rejeitem.

Congratulamo-nos com a assinatura do acordo SALT 2 por parte das duas super-potências mundiais. Desejamos que ele seja cumprido e que o eventual SALT 3 seja mais preciso e radical no que respeita à política de desarmamento.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal lutará a nível nacional e internacional pela Paz, Justiça Social e concórdia entre todos os povos do mundo.

Muito Obrigado.

## DELEGAÇÃO DE FARO DESPORTO

Da nossa Delegação de Faro recebemos a seguinte notícia que passamos a transcrever:

Plenamente cientes do importante papel, que o desporto desempenha, na ocupação dos tempos livres, e sobre, maneira na inserção e reintegração social do Deficiente, tem a Delegação de Faro, procurado implementar a prática desportiva entre os seus associados.

Com este objectivo, os treinos de futebol de salão, vão começar, tendo para o efeito sido já cedido pela Direcção Geral de Desportos o campo da Alameda. Assim os associados podem aí comparecer no fim da tarde de cada quarta-feira para os primeiros toques.

É objectivo imediato também a prática do ténis de mesa, de tiro ao arco e natação, bem como quaisquer outras modalidades, desde que o número de inscritos o justifique.

## OS SAUDOSISTAS E OS DEFICIENTES

Não deve passar-se uma esponja sobre o caso da sede da nossa Delegação de Coimbra.

Se em termos de instalações o problema foi ultrapassado e até já resolvido o mesmo não acontece com o facto de continuar «à solta» aquela ideia dos «Senhores» que temiam pelos traumas que os seus filhos podiam adquirir pela visão diária de deficientes.

Os sócios da ADFA e os

amigos e assinantes do ELO tiveram conhecimento e estão bem lembrados. Era um bom andar que a nossa Delegação de Coimbra tinha apalavrado para futuras instalações dos serviços da ADFA naquela cidade. A Direcção da Delegação, depois de tudo combinado com o proprietário, conseguiu da Direcção Central a necessária luz verde para a compra. Foi então que no acto da entrega do cheque o vendedor informou os nossos camaradas que a transacção já não se efectuava. Perante a incredulidade dos representantes da ADFA foi dito que os interessados nos outros andares do prédio, ao terem conhecimento de que aquele andar seria para os serviços da Delegação de Coimbra da nossa Associação, manifestaram «apreensão» pelos traumatismos que adviriam para os seus filhos da visão e presença «horrorosa» dos Deficientes das Forças Armadas naquele prédio.

nuar o combate a esta podridão só possível porque os privilégios de alguns (a par com o obscurantismo de outros) ainda se mantm.

Eu próprio há duas semanas fui testemunha doutro caso parecido. Num fim de semana passado lá na terra do litoral beirão onde nasci encontrei um professor que não via há alguns anos. Pois quando lhe disse que tinha voltado ao ensino e que a minha classe era difícil, principalmente porque tinha alguns alunos surdos (e mudos), ele perguntou-me, pura e simplesmente:

— Então, e tu aceita-los!

Imaginem a cara com que fiquei!

Se este espírito continua «à solta» qualquer dia não posso ensinar porque sou deficiente.

Perdoar-lhe «porque não sabem o que fazem» não chega. É preciso dizer-lhes, duma vez por todas, que os deficientes são cidadãos. Quer sejam negros, amarelos, brancos, mestiços, ciganos ou vermelhos, são humanos. Humanos não só pelo feitio do corpo mas sobretudo pelo espírito.

BASTA. É tempo de lhes ensinarmos que os deficientes são gente. Tm órgãos, membros ou pedaços a menos no corpo. Mas são homens porque querem trabalhar. E não metem medo, nem dão pena, nem precisam de caridade. Também não causam horror. Ficam, isso sim, horrorizados quando vêem que têm ainda tanto trabalho para fazer até educar os inválidos que se julgam normais. Depois, quando já não houver «Senhores» mas formos todos simplesmente HOMENS, então sim, nem sequer haverá deficientes porque teremos extinguido da Terra as causas das deficiências.

Incrível?! Parece uma história dos tempos antigos mas aconteceu ainda há meses. CONNOSCO!

Só de pensar que estes «Senhores» andam habitualmente com a boca cheia de «direitos humanos» e com a caridade no peito, onde batem em nome de Cristo que ajudariam a crucificar se ca voltasse, GANHO cada dia mais força para conti-

Humanos não só pelo feitio do corpo mas sobretudo pelo espírito.

BASTA. É tempo de lhes ensinarmos que os deficientes são gente. Tm órgãos, membros ou pedaços a menos no corpo. Mas são homens porque querem trabalhar. E não metem medo, nem dão pena, nem precisam de caridade. Também não causam horror. Ficam, isso sim, horrorizados quando vêem que têm ainda tanto trabalho para fazer até educar os inválidos que se julgam normais. Depois, quando já não houver «Senhores» mas formos todos simplesmente HOMENS, então sim, nem sequer haverá deficientes porque teremos extinguido da Terra as causas das deficiências.

É urgente que se avance na construção do MEMEM NOVO! Os saudosistas do passado não serão capazes de nos impedir porque só terão lugar no caixote do lixo da História.

J. M. V. — Sócio 590

## DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO

No último número do ELO indicámos indevidamente a Sede da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), que agora rectificamos por informação actualizada da respectiva direcção.

ANDST  
Rua Dr. Aires de Gouveia Osório, 154, Bloco 3 — Bairro de Ramalhe Apartado 2120 — Código Postal 4100 Porto Codex

## ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

DOIS  
POEMAS  
INFANTIS

No âmbito das comemorações do Ano Internacional da Criança e ao aproximarmo-nos da Grande Festa de Natal da ADFA, vai o «ELO» dedicar até ao final deste ano um espaço para os mais pequeninos, publicando, neste número, dois poemas enviados por dois grupos de amiguinhos nossos.

Envia tu também os trabalhos, quer sejam Poemas ou Histórias infantis.

## PARA TI CRIANÇA

Criança tu...  
que sofres,  
que és desprezada  
que em lágrimas te envolves num sonho  
de sofrimento e esperança  
que és desdenhada  
que em redor não encontras caminho  
que vagueias desamparada entre multidões  
que te devoram  
que desejas o mesmo que o teu semelhante  
que queres destruir as grades da injustiça  
que desejas dominar os prados floridos e  
decifrar a melodia do vento  
queras apesar da maldade que te rodeia

LEIS...  
LEIS...

LEIS que te libertem e que melhorem a tua  
[situação]

Para ti criança... criança tu.

Trabalho conjunto de: Luisa — 14 anos  
Paula — 14 anos

## A CRIANÇA

A CRIANÇA É UMA FLOR  
QUE É FEITA DE AMOR  
A TUA FANTASIA É UMA ALEGRIA  
A TUA AMIZADE É UMA SAUDADE

NUM ESTALO TODO O MUNDO FLORIU  
A ALEGRIA ERA TANTA QUE O MUNDO  
[EXPLODIU]

ESSA ALEGRIA CONSERVOU-SE  
E A CRIANÇA ALEGROU SE

COM UMA BOLA A CRIANÇA BRINCOU  
A BOLA NO MUNDO SE TRANSFORMOU  
A CRIANÇA ACORDOU COM ALEGRIA  
CHEGA A NOITE E ACABA O DIA

Trabalho conjunto de:

Carlos Henriques — 13 anos  
António Pedro — 13 anos  
José Luís — 14 anos

## SEDE LISBOA

A festa do Natal da SEDE, como já foi dito no número anterior do nosso jornal realiza-se em Lisboa no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, Avenida Rainha D. Amélia (ao Lumiar), às 15 horas do dia 15 de Dezembro com palhaços, um coro infantil e outros divertimentos, além das habituais lembranças aos mais pequeninos.

Voltamos a lembrar os Sócios da Zona de Lisboa que devem inscrever-se até ao dia 30 de Novembro na Recepção da Sede. Camaradas, as crianças merecem-nos tudo. E não é por estarmos no SEU ANO INTERNACIONAL,

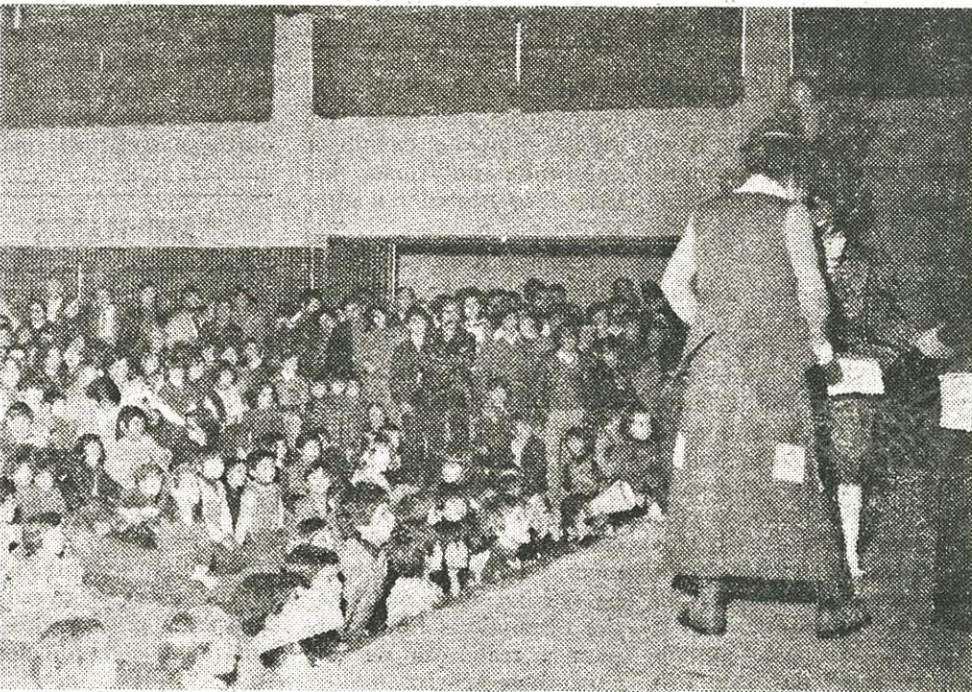
## NATAL-ADFA-79

A Festa de Natal da ADFA, ao longo destes 5 anos de realização, tem-se afirmado continuamente como uma das mais ricas iniciativas de carácter associativo, pois mobiliza centenas e centenas de associados por todo o País, contribuindo assim para uma maior ligação ADFA-Sócios.

A riqueza da nossa festa, pode e deve medir-se também pela extraordinária aderência e grande carinho das crianças e filhos dos nossos camaradas, chegando ao ponto de «exigirem» aos pais a vinda à festa da ADFA, em detrimento das realizadas nas empresas onde trabalham.

Devemos salientar também, todo o carinho e interesse manifestado por dezenas de artistas, desde os Cantores aos desejados Palhaços, passando pelos do Teatro, sejam eles profissionais ou não, que ao longo destes cinco anos têm dado a sua contribuição a estas realizações.

Assim, mais uma vez e à imagem dos anos anteriores, a ADFA, tanto na Sede como nas Delegações, realiza as suas festas de Natal, das quais segue mas notícias.

DELEGAÇÃO  
DE SETÚBAL

A delegação de Setúbal organiza a Festa de Natal para os filhos dos sócios da ADFA da sua área no dia 15 de Dezembro, pelas 15 horas, na sede da Delegação.

Os sócios da área foram todos avisados directamente pelos serviços da Delegação. A Festa promete e lá estaremos todos com os mais pequeninos.

## DELEGAÇÃO DE ÉVORA

Mais uma vez, e à semelhança dos anos anteriores, a Delegação de Évora vai realizar a sua festa de Natal neste ano de 1979.

O significado da Festa de Natal nesta Delegação, não se encerra no espectáculo em si ou nas lembranças ou balões. O seu verdadeiro significado está no acto de confraternização, de solidariedade e expressão colectiva que se situa no âmbito de uma Associação e que envolve,

para além dos sócios, as suas próprias famílias.

Neste contexto, espera-se que neste ano — tal como nos anos anteriores — a Festa de Natal, nesta Delegação, constitua um elo de ligação de um grande número de sócios, num ambiente de confraternização e solidariedade, além provado reconhecimento e carinho pela ADFA por parte dos filhos dos sócios.

Assim:

**Avisam-se todos os associados da Zona Sul que a Festa de Natal se realiza no dia 1 de Dezembro de 1979, pelas 14 e 30, no Teatro Garcia de Resende, em Évora.**

Todo o associado interessado em participar nesta Festa deve escrever para a Delegação de Évora ou deslocar-se lá pessoalmente, comunicando o número de pessoas que irão estar presentes, nome dos filhos, idade dos mesmos e sexo.

A concentração dos associados é na Delegação, sita na Rua de Machede, edifício do D. R. M., em Évora, pelas 14 horas.

DELEGAÇÃO  
DE FAMILIÇÃO

A exemplo dos anos anteriores vai esta delegação promover a habitual festa para os filhos dos sócios da ADFA da área desta delegação.

Os interessados devem fazer a inscrição até ao dia 26 de Novembro com indicação do n.º de filhos, nome e idades.

**A Delegação de Familiarção avisará mais tarde da data, local, hora e programa da festa.**

## DELEGAÇÃO DE COIMBRA

Como todos os sócios pertencentes à Delegação de Coimbra têm conhecimento, realizar-se-á no dia 8 de Dezembro, no Inatel em Coimbra, a festa de Natal-79 dedicada às crianças, filhas dos nossos associados.

A semelhança de anos anteriores, haverá um programa de variedades, composto por danças e cantares a cargo dos Grupos do Tovim, e possivelmente do rancho folclórico infantil de S. Paulo de Frades.

Exibir-se-á um grupo de jovens que interpretarão diversas canções, para além da exibição de uma parolha de palhaços.

Chama-se a atenção de todos os associados, que as inscrições terminam no dia 15 de Novembro.

A festa iniciará-se, pelas 10 horas da manhã, estendendo-se pela tarde.

## DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

A semelhança do ano anterior, a Delegação de Ponta Delgada, promove a já habitual festa de Natal, para os filhos dos sócios das ilhas de S. Miguel e Santa Maria.

Os sócios interessados devem contactar os serviços da Delegação, indicando o n.º de filhos e as respectivas idades.

A FESTA tem lugar no dia 15 de Dezembro, pelas 14 horas, na sede da Delegação, situada na Rua Ernesto do Canto, 22

em PONTA DELGADA.

**NOTA** — Para os sócios residentes na ilha de SANTA MARIA a Direcção de Delegação desloca-se no dia 14 (véspera da FESTA) a esta ilha a fim de proceder à entrega dos brinquedos aos filhos dos sócios interessados.

Entretanto, até à data da FESTA, os Serviços de Delegação informarão por escrito os sócios de SANTA MARIA do local e hora onde será efectuada a distribuição acima referida.

## DELEGAÇÃO DO PORTO

FESTA DE NATAL E COMEMORAÇÕES  
V ANIVERSÁRIO

Tal como em anos anteriores, vai a Delegação do Porto levar a efeito, no dia 15 de Dezembro, uma Festa de Natal, destinada sobretudo aos filhos dos associados.

Esta festa integra-se nas Comemorações do V Aniversário da Delegação, devendo os associados interessados, fazer a sua inscrição até ao dia 26 de Novembro.

Torna-se necessária a indicação do número de pessoas adultas e o nome e a idade das crianças.

## Jantar-convívio

Pretendendo-se reunir em ambiente de confraternização e camaradagem, o maior número possível de associados da Zona Norte, vai realizar-se no dia 8 de Dezembro, pelas 20 horas, um jantar-convívio, contando-se desde já, com to-

dos aqueles que se interessam pela vida associativa.

As inscrições para este jantar, deverão ser feitas até ao dia 26 de Novembro, na Delegação do Porto, acompanhadas da importância respectiva.

## Actividades desportivas

Integrado ainda nas Comemorações do V Aniversário da Delegação do Porto, realizam-se nos dias 7, 8 e 9 de Dezembro, várias actividades desportivas, nomeadamente torneios de futebol de salão, ténis de mesa e de basquetebol em cadeiras de rodas. Participam nestas actividades, equipas de outras delegações e de outros organismos de deficientes.

(Continua na 9.ª pág.)



# CURSO DE REPERCUS

(Continuação da 1.ª pag.)  
 fins de 1978 encarada a realização de mais um curso de próteses, desta vez destinado à aquisição de novos conhecimentos no campo das amputações do membro inferior, curso este a ser realizado no decorrer do ano de 1979.

Temos assim como razões imediatas para a realização de um tal curso, a continuidade de um processo de valorização profissional do pessoal do quadro da Oficina Ortopédica, já iniciado em anos anteriores e, a necessidade de ser fomentada na prática diária a articulação médico-técnico-terápica, face ao reconhecimento cada vez maior da importância da reabilitação do deficiente motor em Portugal.

## PLANEAMENTO

Em Janeiro de 1979, a Direcção da Zona Norte deu início ao estudo com vista à realização de um curso que se enquadrasse dentro dos parâmetros atrás referidos.

Assim, foram encetadas diligências junto da Prosthetics and Orthotics Post-Graduate Medical School da New York University, com vista à deslocação ao nosso país de uma equipa de professores daquela Universidade, para a docência deste curso. Pretendeu-se que o mesmo fosse teórico-prático e destinado aos principais intervenientes no processo reabilitacional do amputado (médicos, terapeutas e protésicos).

Após a recolha de dados indispensáveis, entrou-se na elaboração do plano de acção e tomaram-se medidas no sentido de o assunto ser apreciado pelos Órgãos Sociais Centrais da ADEFA.

Deste modo, foi dado conhecimento da iniciativa que se pretendia levar a cabo, à Direcção Central, em reunião havida em 10 de Março de 1979 no Porto, merecendo a mesma unânime aprovação.

Entretanto, na reunião do Secretariado Nacional da ADEFA, efectuada em 26 de Maio, foi decidido que a Direcção da Zona Norte efectuará as necessárias diligências com vista à realização do curso.

Apesar dos esforços desenvolvidos para que o curso fosse realizado no mês de Setembro, por ser o de maior conveniência, quer para a vida associativa, quer para os partici-

pantes, houve que optar por uma das três datas, indicadas pela Universidade de Nova York: 16, 23 ou 30 de Julho.

Mal tomou conhecimento desta iniciativa, o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, mostrou-se interessado na mesma, oferecendo desde logo a sua colaboração.

Assim, na primeira quinzena de Junho, deslocou-se à ADEFA-Porto o Dr. Roque Silveira, administrador daquele Centro, para uma reunião com a Direcção da Zona Norte, onde ficou estabelecido que a organização do curso, com todos os encargos e custos financeiros, seria da responsabilidade da ADEFA, colaborando o C.M.R. Alcoitão através da cedência das suas instalações para a realização da primeira parte, do empréstimo de materiais e ferramentas necessários, da dispensa do técnico para a prestação do apoio que viesse a ser necessário e da constituição de um Secretariado que se encarregasse de um conjunto de tarefas inerentes à realização do curso no Alcoitão.

Pessoalmente, prontificou-se o Dr. Roque Silveira a efectuar diligências junto dos serviços do Totobola e da Direcção Geral dos Hospitais com vista à obtenção de subsídios e ao reconhecimento oficial do curso.

## PROGRAMA

Designado «PROTADFA 79», foi este curso dividido em duas partes, decorrendo a primeira no Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, de 23 de Julho a 28 de Julho, destinada a médicos, fisioterapeutas e protésicos e a segunda parte na Delegação do Porto da ADEFA, de 30 de Julho a 10 de Agosto, destinada a protésicos.

A docência do curso esteve a cargo de uma equipa de professores da Prosthetics and Orthotics Post-Graduate Medical School da New York University.

## COORDENAÇÃO

Em virtude do curso decorrer em dois locais diferentes, C.M.R.-Alcoitão e ADEFA-Porto, para além da criação de um Secretariado na ADEFA-Porto com

a função da coordenação geral do curso, houve a necessidade da criação de outro Secretariado encarregado das tarefas inerentes à realização do curso no Alcoitão.

Ao Secretariado da ADEFA coube planear, executar e dirigir todas as acções inerentes à concretização desta iniciativa.

## INSTALAÇÕES

Face à exiguidade das instalações existentes na ADEFA-Porto e devido à amplitude do curso, foi necessário proceder a alterações nas mesmas.

Assim, e integrado já no plano de expansão das actividades da Oficina Ortopédica, foi construído um novo pavilhão, onde funcionaram as aulas teóricas e práticas.

Por outro lado houve necessidade de alterar a disposição das bancadas de trabalho, máquinas, ferramentas e aparelhos, quer na Oficina, quer no Ginásio, tornando-as funcionais para a realização de um curso deste género.

Com vista a permitir o serviço de almoços, indispensável para o cumprimento dos horários do curso, foi ainda necessário adaptar o Bar, por forma a servir como refeitório.

## EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Estando a Oficina Ortopédica equipada para um quadro técnico inferior ao número de protésicos par-



ticipantes na 2.ª parte do curso, foi necessário, para além da compra de diversos materiais e ferramentas, fazer deslocar do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, a título de empréstimo, algumas bancadas de trabalho, máquinas e ferramentas.

No que respeita a este tipo de material, para além do destinado à divulgação, foi ainda elaborado outro que se destinou à

organização contabilística do curso.

## MATERIAL DIDÁCTICO

No início do curso, foi distribuída a cada participante, para além da respectiva placa de identificação, uma pasta expressamente manufacturada para o efeito, duas traduções (feitas na ADEFA-Porto) dos livros «Próteses do Membro inferior», originais da Universidade de Nova York, assim como outro material diverso.

## AMPUTADOS

Tratando-se de um curso essencialmente prático, tornou-se necessária a presença de 17 deficientes portadores de variados tipos de amputação, a fim de servirem de ilustração aos temas tratados.

Na segunda parte do curso foram executadas pelos alunos 11 próteses para aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

A selecção dos amputados foi feita entre os deficientes que aguardavam a execução das suas próteses, quer no Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, quer na ADEFA-Porto, obedecendo a sua presença nos horários devidos, a um plano de coordenação que implicou por vezes, o transporte na carrinha da ADEFA e a alimentação.

## DIVULGAÇÃO

Em 27 de Junho de 1979, foi iniciado o processo de divulgação do curso junto de 58 unidades hospitalares de todo o país, através do envio de uma circular contendo informações detalhadas sobre esta realização, envio este feito pelo Secretariado do Alcoitão.

No dia 10 de Julho enviou o Secretariado do Porto nova circular a 72 unidades hospitalares e Companhias de Seguros acompanhada do cartaz, em correio expresso, tornando assim possível, a tomada de conhecimento desta realização a todos os possíveis interessados.

Reforçando estas duas circulares enviou a Direcção-Geral dos Hospitais, em 20/7/79, uma circular informativa a todos os estabelecimentos dela dependentes.

Simultaneamente, foram feitos contactos de entidades oficiais, relacionadas com a problemática reabilitacional, com vista à divulgação do curso e respectivo programa e à obtenção de apoios.

Assim, em 12 de Julho, elementos do Secretariado do Porto, deslocaram-se ao

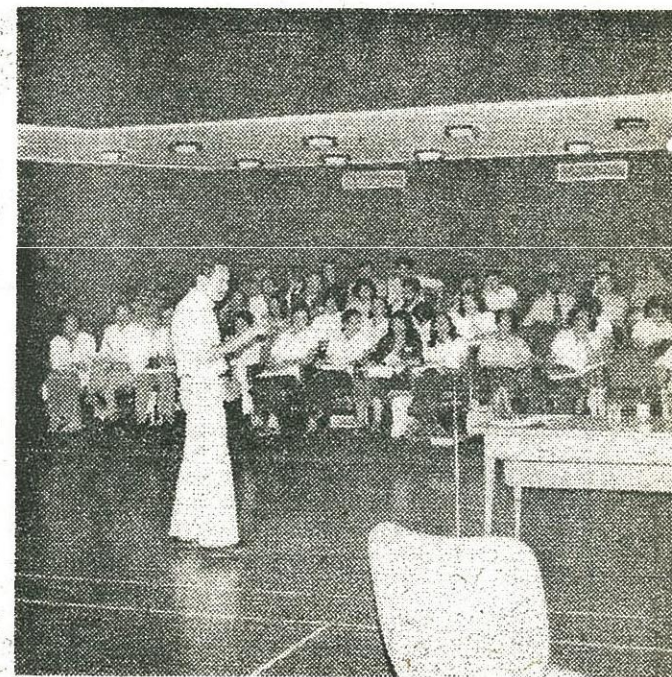
gabinete do Ministro da Defesa Nacional, em Lisboa, onde contactaram o Tenente-Coronel Cabarão, Chefe daquele gabinete, que manifestou estar aquele Ministério pronto a colaborar na iniciativa em causa. Neste contacto foi ainda solicitada a divulgação do curso junto das Direcções dos Serviços de Saúde dos três ramos das Forças Armadas, tendo sido postas à disposição dos mesmos, três inscrições gratuitas para a frequência do curso.

Nesta mesma data, foram também contactados o Dr. Orlando Monteiro e Dr.ª Maria Alice, do Se-

ção Nacional de Deficientes Sinistrados do Trabalho, Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, Associação de Cegos do Norte de Portugal e Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual.

## MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 25 de Junho de 1979, foi enviado para publicação no Jornal «Elo», órgão informativo da ADEFA, um texto intitulado «A ADEFA realiza cur-



Sessão de Abertura do Protadfa

cretariado Nacional de Reabilitação, que se prontificaram a colaborar, na medida do possível.

Em 11 de Julho foi dado conhecimento ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, tendo igualmente sido informado, no dia 12 de Julho, o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

Esta iniciativa, foi igualmente divulgada junto do Hospital Militar Principal, do Hospital Militar Regional n.º 1, do Presidente da Câmara Municipal do Porto, do Governador Civil do Porto e da Assembleia e Conselho Municipais do Porto.

Sendo a Fundação Calouste Gulbenkian e a Embaixada dos Estados Unidos da América, entidades susceptíveis de apoiarem financeiramente a realização deste curso, foram enviados esforços para tal fim, junto das mesmas. Foi feito um contacto pessoal em 6 de Julho de 1979, por elementos do Secretariado do Porto, junto dos Serviços Culturais da supracitada Embaixada.

Quer uma, quer outra destas entidades não prestaram qualquer tipo de apoio.

Divulgaram-se os últimos detalhes da realização em causa, em toda a ADEFA e nas Associações congéneres: Associação Portuguesa de Deficientes, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, Associa-

ção de Reabilitação Protésica», o qual veio a ser publicado no número de Junho, constituindo a primeira referência na imprensa sobre o assunto.

Visando a máxima divulgação do curso, foram enviadas em 10 e 19 de Julho de 1979, aos meios de Comunicação Social, chamando a atenção para a abertura oficial do curso.

Para além das referências feitas por alguns dos jornais diários contactados e pela Radiodifusão Portuguesa nos seus boletins de informação, foi a R.T.P.-estúdios do Porto, que maior realce deu ao assunto. Com efeito, além da notícia anunciando a realização do Curso, transmitida no programa «Pais, Pais», realizou ainda uma pequena reportagem na Oficina Ortopédica da ADEFA-Porto, aquando do início da segunda parte do Curso, reportagem esta transmitida naquele mesmo programa.

De salientar a referência ao Curso, feita pela imprensa regional, designadamente pelo trisemanário «Notícias de Viseu», que inseriu no seu número de 1 de Agosto e seguintes, elementos sobre o mesmo.

O jornal «Elo», no seu número do mês de Julho, publicou ainda uma reportagem sobre o decorrer da

# SÃO NACIONAL

primeira parte do Curso, no Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão.

## DOCÊNCIA

A docência do Curso, esteve a cargo de uma equipa de professores da Prosthetics and Orthotics Post-Graduate Medical School da New York University, constituída por: Dr. Sidney Fishmann — médico fisiatra e director do curso; Dr. Kruger — cirurgião ortopedista; Mr. Norman Berger, engenheiro biomecânico; Mr. Richard Manak, técnico de próteses;

número de inscrições feitas, provenientes dos mais diversos estabelecimentos hospitalares.

Assim, participaram na 1.ª parte do curso, 28 médicos distribuídos do seguinte modo: 11 do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão; 2 do Hospital Curry Cabral — Lisboa; 1 do Hospital de S. José — Lisboa; 1 do Hospital de D. Estefânia — Lisboa; 1 do Hospital Santa Maria — Lisboa; 1 do Hospital dos Capuchos — Lisboa; 1 do Hospital do Trabalho; 1 do Hospital da Força Aérea; 1 do Hospital da Marinha; 1 do Hospital Militar Principal; 1 do Hospital Universitário de Coimbra; 3 do Hospital Geral de Santo António — Porto e 1 do Hospital de S. João — Porto.

Quanto a fisioterapeutas participantes na 1.ª parte do Curso, registaram-se 29 presenças, distribuídas do seguinte modo: 14 do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão; 3 do Hospital Egas Moniz — Lisboa; 1 do Hospital de S. Lázaro — Lisboa; 2 dos Hospitais Cívicos de Lisboa; 1 do Hospital da C.U.F.; 1 do Hospital Distrital de Almada; 1 do Hospital de Via Longa; 1 do Hospital Distrital de Vila Franca de Xira; 1 do Hospital Distrital de Beja; 1 do Hospital Distrital de Bragança; 1 do Hospital Maria Pia — Porto; 1 do Hospital de Santo António — Porto e 1 da Companhia de Seguros Tranquilidade.

A Universidade de New York programou este curso para 50 médicos e fisioterapeutas e 12 protésicos. No entanto, devido ao elevado número de inscrições, depois de consultada a equipa de professores, esta anuiu a que participassem no curso 57 médicos e fisioterapeutas.

No caso dos protésicos, foi estabelecido que o número imposto seria preenchido pelos elementos da ADFA-Porto e do C.M. R. do Alcoitão, não tendo sido, portanto, possível acce-

tar outras inscrições. Porém, atendendo aos insuficientes meios existentes na Ilha da Madeira, no campo da Reabilitação Protésica, obrigando a deslocações onerosas dos amputados ao continente, foi aberta uma excepção em relação a um elemento da única casa ortopédica daquela ilha, a quem foi concedida a possibilidade de frequência do curso.

Assim, o número de protésicos participantes não atingiu o limite inicialmente estipulado, fixando-se em 10, com a seguinte distribuição: 4 da ADFA-Porto, 5 do C. M. R. do Alcoitão e 1 da Madeira.


Embora a programação inicial não prevísse a participação de elementos na qualidade de assistentes, acabaram por ser admitidos 7 protésicos naquela qualidade, na 1.ª parte do Curso, depois de a equipa de monitores da Universidade de Nova Oorque se haver pronunciado favoravelmente.

Desta forma foram satisfeitos os pedidos formulados por várias casas ortopédicas.

Com vista a aquilatar do interesse despertado por esta iniciativa junto dos participantes provenientes dos estabelecimentos hospitalares das Forças Armadas, realizou-se no dia 27 de Julho um almoço onde estiveram presentes: Dr. Cardoso de Oliveira, do Hospital Militar Principal, Dr. Joaquim Sérgio, do Hospital da Força Aérea, Dr. António Mascarenhas, do Hospital da Marinha e elementos do Secretariado do Porto.

## SESSÃO DE ABERTURA

Pretendeu-se que este curso, para além do mais, fosse um ponto de encontro de todos aqueles que se encontram, de algum modo, envolvidos no processo Reabilitacional do



MINISTERIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

**CENTRO DE MÉDICA DE REABILITAÇÃO**

**CERTIFICADO**

completou com bom aproveitamento o curso de

**Próteses do Membro Inferior**

num programa de **horas, ministrado**

pele **Prosthetics and Orthotics Post-Graduate**

**Medical School da New York University**

Alcoitão, de de

Ortósico Científico      Director Clínico      Médica Homóloga

deficiente motor, em Portugal.

Com este fim realizou-se pelas 9 horas do dia 23 de Julho, nas instalações do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, uma breve sessão de abertura, para a qual foram convidadas as entidades mais directamente ligadas à Reabilitação.

Nesta sessão de abertura estiveram presentes: Ministro da Defesa Nacional, Tenente Coronel Loureiro dos Santos; Director da Direcção-Geral dos Hospitais, Dr. Gonzaga Ribeiro; Secretário Nacional do Secretariado Nacional de Reabilitação, Dr.ª Maria João Vasconcelos; Director da Prosthetics and Orthotics Post-Graduate Medical School da New York University, Dr. Sidney Fishmann; Administrador do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Dr. Roque Silveira; Director Clínico do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, Dr. José Alberto Faria; Direcção da Zona Norte da ADFA e Direcção Central da ADFA, para além dos elementos do Secretariado.

A abrir esta sessão foi proferida por Mano Póvoas, da Direcção da Zona Norte da ADFA, a comunicação que a seguir se transcreve:

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas congratula-se com a presença de V. Exas no momento de abertura do «FROTADFA 79», sinal evidente do crédito que vos merecem as iniciativas que tenham por objectivo contribuir para a Reabilitação dos Deficientes no nosso país e que com algum orgulho nos permite concluir que os ideais da ADFA estão a ser bem compreendidos e apoiados.

Foi com esta certeza que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas se lançou na Organização deste curso.

Como V. Exas, bem sabem, a ADFA desde o início da sua curta existência sempre tem lutado pela Reabilitação dos Deficientes e começou por criar em meados de 1976 na sua Delegação no Porto, um complexo oficial de Próteses e Ortóteses,

cujo único objectivo era e continua a ser o de minorar as dificuldades que aos deficientes se deparam.

Mas para minorar tais problemas não basta criar oficinas com equipamentos adequados, há uma componente bem mais importante, que é o trabalho a desenvolver pelo Técnico Protésico que, em nosso entender, deve ser sensibilizado e preparado profissionalmente com a idoneidade que o papel que irá desempenhar merece, a exemplo do que se exige noutros domínios da saúde no nosso país e nomeadamente em certos países estrangeiros.

• É na prossecução deste pensamento que a ADEA tem vindo a dar condições de valorização profissional, teórica e técnica, aos seus Técnicos, sem deixar de estender tais oportunidades a todos aqueles que em Organismos Oficiais ou em empresas privadas estejam interessadas neste domínio.

Já em 1977 a ADFA promoveu e realizou nas suas instalações do Porto, um curso de Próteses Moleculares dos membros superiores e em 1978 um curso para membros inferiores, abaixo do joelho.

Com tais iniciativas, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas pretende mostrar que está consciente e vive os problemas que afectam uma larga camada dos portugueses, ou seja, todos aqueles que se deficientaram durante o cumprimento do serviço militar e todos os outros, que por uma ou outra razão, enfrentam iguais problemas.

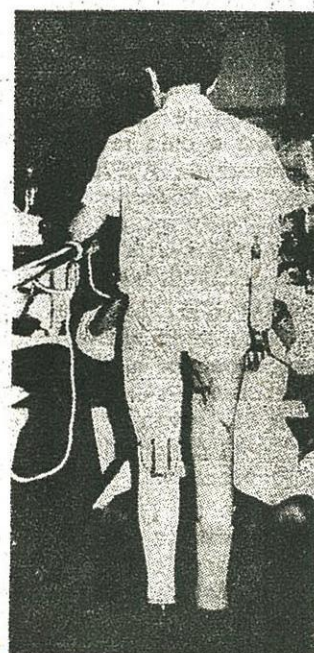
A constatação destes factos e a convicção que a Reabilitação dos deficientes poderá ser uma realidade em Portugal, leva-nos a pensar que tal sector não deverá funcionar meramente no âmbito de esquemas comerciais tradicionais.

Nesse sentido, não foi criado no âmbito da ADFA este serviço como intuito de ser mais um concorrente, mas tão somente contribuir para a defesa dos interesses dos deficientes, não atendendo essencialmente e apenas aos seus custos, mas aos resultados que ve-

nham minorar as carências dos seus utentes.

Estamos, no entanto, conscientes de que este é um problema nacional em que o Estado é o primeiro interessado na sua resolução, mas pensamos também que todas as iniciativas, embora particulares, serão bem aceites e nunca serão demais.

Nesta matéria caberá ao Secretariado Nacional de Reabilitação, aqui representado pelo seu Secretário Nacional, tomar a iniciativa de coordenar todos estes esforços e lançar o desafio da resolução defini-



tiva dos problemas reabilitacionais neste país.

Para tal, podem contar desde já com o nosso apoio e colaboração quer para o equacionamento destas questões, quer para a resolução prática dos casos mais prementes.

Porque reconhecemos que neste domínio ainda muito pouco se fez e que se torna urgente avançar sem sermos vacilantes, estamos hoje aqui a dar início a mais este encontro entre pessoas que trabalham para o mesmo fim, pondo-os ao corrente da evolução das novas técnicas, facultando-lhes melhor valorização profissional, confiantes que quando regressarem aos trabalhos do dia-a-dia profissional saberão aplicar os conhecimentos aqui adquiridos, em benefício do bem-estar do Deficiente, que

(Continua na 10.ª pag.)



Mr. Jensen, técnico de próteses e Mrs. Edelstein — fisioterapeuta.

## PARTICIPANTES

As inscrições para a frequência do curso estiveram abertas até ao dia 16 de Julho, tendo as mesmas sido efectuadas nos Secretariados do Porto e Alcoitão.

Foram estipulados para as inscrições, os valores de 5000\$ para médicos e fisioterapeutas e 15000\$ para protésicos.

O interesse por este curso ficou demonstrado pelo



Aspecto de uma das Aulas Teóricas

# DAR TEMPO AO TEMPO

Está no espírito dos actuais Órgãos Sociais promover uma informação constante aos sócios sobre todas as actividades, iniciativas, projectos e decisões.

Para além do direito inalienável de cada sócio saber o que se faz (ou não faz!), pensamos que só com um esclarecimento mútuo e permanente tomaremos a consciência colectiva indispensável para as decisões certas, nos momentos certos. Estamos convictos que decisões certas, só o serão na medida em que corresponderem à vontade maioritária dos sócios, e no momento certo, só o serão na medida em que elas sensibilizarem activamente — e ao mesmo tempo! — a esmagadora maioria de nós todos. Por

isso defendemos que quanto mais soubermos da «vida» da ADFA melhor — TODOS — saberemos defender os nossos interesses.

É certo que esta «declaração de intenções» não chega suficientemente cedo (tomámos posse há quatro meses) e a sua prática, mais tarde ainda! Mas a verdade é que para «vencer a inércia» necessitámos que alguns obstáculos, próprios de novos mandatos, fossem ultrapassados — criar condições internas para iniciarmos a «caminhada», por exemplo, bem como fazer o ponto da situação dos problemas pendentes.

Aqui fica pois o compromisso da MAGN de, a partir de hoje e através do

«ELO», dar conhecimento aos sócios de todas as actividades que sejam do seu âmbito.

Pensamos que estão neste caso, e merecem o respectivo relevo, todas as decisões de um órgão com a importância do Secretariado Nacional. É o que fazemos neste número, embora sem o «tratamento», ainda, que de futuro pretendemos dar. Não quisemos, no entanto, demorar mais tempo!

Não desejávamos terminar sem um apelo. Participar na vida da ADFA é uma obrigação de todos nós. Todos os sócios têm o seu contributo a dar à Associação. E não temos a pretensão de estarem «sempre» de acordo connosco, pois a crítica do que está mal é — COM

**CERTEZA** — a melhor colaboração de que a ADFA necessita.

**Contamos com TODOS.**

Deliberações tomadas:

1. Foi atendido o pedido da Delegação de Castelo Branco no sentido de passar a pertencer à Zona de Lisboa. Esta transferência efectiva-se a partir de 1 de Janeiro de 1980.

2. A MAGN comprometeu-se a apresentar até à próxima reunião do S. N. novo projecto de regulamento do funcionamento do mesmo, bem como uma compilação de todas as deliberações do S. N. que se mantêm em vigor.

3. Foi decidido dar apoio à actuação do grupo que integra a Comissão negociadora do Palácio e recomendado ao mesmo que tomasse a iniciativa de apresentar propostas concretas de solução do assunto perante o Ministério da Defesa e a Presidência da República.

4. Foi deliberado que a Direcção Central formalize o pedido para que a ADFA seja considerada Instituição de Utilidade Pública.

5. Quanto ao projecto de investimento para 1979 apresentado pela Zona Norte foi deliberado o seguinte:

a) Não decidir a aprovação daquele plano nesta reunião.

b) Conceder à Zona Norte um empréstimo de 500 000\$. (quinhentos mil escudos) para satisfazer compromissos já assumidos com a construção do novo pavilhão da oficina de próteses, até que seja feita a análise global dos investimentos de toda a ADFA, incluindo este já realizado.

6. Foi ratificada a constituição do Grupo de Trabalho apresentado pela Direcção Central, com a missão de proceder à análise dos Sectores produtivos da ADFA e, consequentemente, à elaboração de projectos de investimento a nível nacional.

7. Foi aprovada uma proposta da Direcção Central no

sentido da Zona Sul utilizar a carrinha, cuja compra foi aprovada na última reunião do S. N., até que seja feita prova da sua utilidade, real naquela Zona, o que acontecerá na sequência do estudo apresentado pelo Grupo de Trabalho indicado no n.º 6.

8. A propósito do Congresso de todos os Deficientes, dado o pouco tempo disponível para leitura e estudo da documentação apresentada pela Direcção Central, foi aprovado que a D. C. convoque num prazo máximo de duas semanas, os executivos da ADFA — a nível nacional — para discussão do problema e, posteriormente, ser novamente apresentado ao S. N.

9. Em virtude do adiamento da hora foram adiadas para próxima reunião do S. N. os seguintes pontos constantes da Agenda de Trabalhos:

a) Curso PROTADFA 79.  
b) Contas do 5.º Aniversário da ADFA.

A. M. A. G. N.

## MINISTRO DA DEFESA RECEBE DIRECÇÃO DA ADFA

Ao iniciar o seu mandato tinha a Direcção Central da ADFA como uma das mais importantes entre várias preocupações de resolução urgente, as alterações ao Decreto-Lei 43/76 de 20 de Janeiro, e a Lei dos Grandes Deficientes, projectos já analisados e discutidos pela massa associativa e cujo respectivo parecer da ADFA foi enviado ao Ministério da Defesa há mais de um ano e meio, sendo da mais elementar justiça para os camaradas que deles dependem há tanto ansiada. Nesse sentido, a ADFA solicitou uma audiência ao Ministro da Defesa, o que veio a acontecer em 19 de Outubro passado.

A Agenda de Trabalhos por nós proposta e totalmente analisada com o Sr. Ministro constava dos seguintes pontos.

1. Alterações ao Decreto-Lei 43/76, e Lei

dos Grandes Deficientes;

2. Transferência do Palácio da Independência e problemas com esta relacionados;

3. Situação dos Deficientes com acidentes ou doenças consideradas como adquiridas em serviço nomeadamente o recente cartão de lista verde (Despacho Normativo 214/79 de 31 de Agosto);

4. Situação dos Deficientes residentes nos Açores no que se relaciona com a falta de assistência médica e dificuldades nos transportes.

Após detalhada exposição feita pela Direcção Central da ADFA sobre a razão das nossas preocupações e que incidiram sobre o facto de que a serem incluídas no referi-

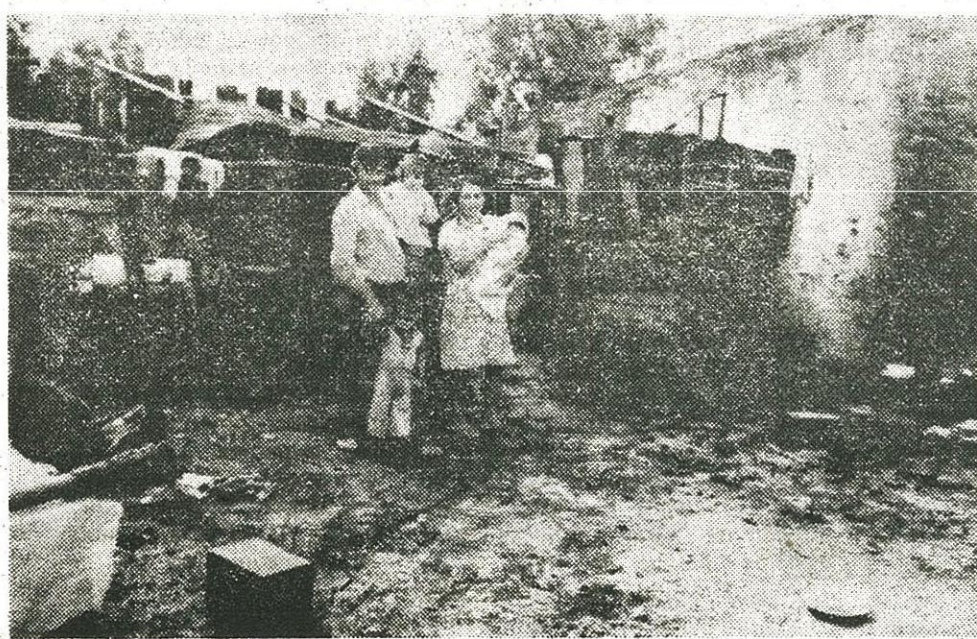
do projecto de alterações ao Decreto-Lei 43/76 as propostas então apresentadas pela nossa Associação, grande parte das dificuldades sentidas pelos Deficientes das Forças Armadas e espelhadas na agenda por nós proposta estariam ultrapassadas, passámos à análise ponto por ponto da referida agenda, tendo o S. Ministro respondido que sobre as alterações ao Decreto-Lei 43/76 elas estavam presas por dois aspectos formais e que seguiriam brevemente para o Conselho da Revolução para serem publicadas. Quanto à Lei dos Grandes Deficientes estaria mais atrasada por dificuldades financeiras mas que, no entanto, esperava, poder ultrapassá-las a curto prazo.

Sobre o segundo ponto foram postas as posições da ADFA quanto ao assunto, assim como se encontravam as várias «demarques» que nós dizemos respeito, tendo o S. Ministro mostrado urgência na solução do assunto.

Sobre o terceiro ponto garantiu o Ministro da Defesa que o Cartão de Lista Verde, apesar de não depender do seu Ministério, iria ser abordado por si e que as alterações ao Decreto-Lei 43/76 ultrapassariam estas e muitas outras dificuldades aqui expostas.

Passámos ao quarto e último ponto para o qual foram propostas soluções que passariam pelo Ministro da República para os Açores e pela Administração da T.A.P. Estas seriam da responsabilidade do Sr. Ministro da Defesa.

Pelo atrás descrito e por tudo o que ainda há para fazer voltaremos a este assunto no próximo «ELO».



Ano Internacional da Criança. Que Vida? Que Direitos?

## ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

Ano Internacional da Criança.

Muito se tem falado este ano sobre os direitos da criança. Sem pretender ofender as instituições que de algum modo têm procurado recordar a sua existência num mundo que também é seu, a verdade é que as estruturas sociais mantêm-se quase idênticas às do tempo do fascismo.

Fazer festas para as crianças é bonito, mas não chega. As estruturas sociais existentes não impedem que milhares de crianças por esse país fora sofram a exploração dos esbirros que à custa do suor inocente vão enchendo as suas cada vez mais avultadas bolsas. Quem se desloca dos centros urbanos para os meios rurais poderá reparar na quantidade de crianças de ambos os sexos trabalhando por essas aldeias fora, oferecendo o seu esforço a troco de meia dúzia de tostões.

Porém, não é só no nosso país que a criança sofre as consequências da estupidez e maldade dos adultos dominadores. Nos países capitalistas, onde se proclama o

elevado grau de civismo das populações em geral e dos seus governantes em particular, milhares de crianças são tratadas em condições nada abonatórias dos que se proclamam defensores da igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, seja qual for a sua cor, raça ou religião.

Em muitas partes do mundo, milhares de crianças pagam o preço das discórdias fomentadas pelo homem, bicho feito à imagem e semelhança do Deus que ainda ninguém viu. Em muitos países gastam-se fortunas colossais no fabrico de armas, enquanto milhões de crianças morrem à fome. Segundo as estatísticas, mais de 250 milhões de crianças não frequentam a escola. No entanto o Mundo gasta em armas 400 biliões de dólares. É incorrecto pensar-se que só os países subdesenvolvidos deverão encurtar as suas despesas com armamentos, dado os problemas sociais que têm, pois na realidade a situação da criança nos países ditos desenvolvidos também não é brilhante. A O. I. T. assinala, num seu relatório, que 52 milhões de crianças dos seis aos 14

anos são obrigadas a trabalhar para comer, referindo que 20 milhões daquelas crianças habitam em países desenvolvidos, onde constituem uma grande massa de mão-de-obra barata, muitas delas tendo de estudar e trabalhar.

Em nome das crianças escravizadas por esse mundo fora, incluindo Portugal, torna-se necessário mobilizar os sócios da A. D. F. A., para que todos com a sua quota parte possam contribuir, colaborando com as forças progressistas do mundo, exigindo o desarmamento e chamando a atenção dos governantes portugueses e da opinião pública nacional, com vista à organização de meios eficazes, em defesa da prática efectiva dos direitos da criança. O seu direito à vida, à saúde e educação. Será esta a contribuição da nossa Associação, formada por uma juventude castigada durante décadas, que tudo fará para defender o direito à preparação de uma vida digna, que transforme os nossos filhos e todas as crianças do mundo, pois são elas a maravilhosa esperança da humanidade do amanhã.

**OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA**

**EXECUTA**

**TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO**

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA



# EDUCAÇÃO ESPECIAL

Foi publicada no «Diário da República» de 4 de Outubro deste ano a Lei sobre a Educação Especial — Lei 66/79.

Pelo seu conteúdo parece-nos que é desta vez que se pretende fazer alguma coisa pela educação e integração do deficiente.

Mas... estamos em 1979, cinco anos depois de uma revolução que foi feita, pareceu-nos, para melhorar a vida das classes mais desfavorecidas, e só agora, em 1979, nos surge uma lei sobre educação especial para deficientes.

Porquê? Será que só agora tomámos consciência de que existem deficientes em Portugal? Pensamos que não.

Acontece que em Portugal um décimo da população é deficiente, com os mais diversos tipos de deficiências.

Acontece que em Portugal o milhão de deficientes não são só crianças e adolescentes, como podemos inferir pelo conteúdo da Lei 66/79.

Uma boa parte dos deficientes portugueses é constituída por deficientes já adultos, provenientes não só da GUERRA como também do TRABALHO.

Quanto à guerra, todos nós sabemos que provoca deficiências e traumas, mas quanto ao trabalho, acção pela qual se produz riqueza para a Nação, talvez fiquemos um pouco «admirados».

Ouve-se qualquer dirigente falar e repetir amígdadas vezes que é o trabalho que produz a riqueza para todos nós, que sem trabalho o País, o nosso País, não vai para a frente.

Pensamos que é lícito perguntar: Se a guerra provoca deficientes e o trabalho também, porque razão uma lei sobre a Educação Especial não engloba os deficientes destas duas acções?

Claro que a lei comete, para nós, o grande erro de esquecer os deficientes adultos.

Mais ainda. Esperamos que a lei não seja para ficar no papel. Há também que dizer que nós, os Deficientes das Forças Armadas, devemos lutar pela aplicação desta lei pela solidariedade militante que nos merecem todos os deficientes. Na prática, camaradas, verifica-se que muitas leis que, às vezes, até contemplam e beneficiam largas camadas da população são desconhecidas pelos portugueses menos ligados à grande informação.

Os sócios da ADFA estão geralmente alertados para a legislação que diz respeito

a deficientes. Devemos torná-la pública o mais possível nomeadamente entre os interessados.

## Lei n.º 66/79 de 4 de Outubro Educação especial

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea n) do artigo 167.º da Constituição, o seguinte:

### CAPÍTULO I Natureza, âmbito e objectivos da educação especial

#### ARTIGO 1.º

Por educação especial deve entender-se, no presente diploma, o conjunto de actividades e serviços educativos destinados a crianças e jovens que, pelas características que apresentam, necessitam de um atendimento específico.

#### ARTIGO 2.º

A educação especial integra actividades directamente dirigidas aos educandos e serviços de acção indirecta dirigidos à família, aos educadores e às comunidades contemplando deficientes físicos, motores, orgânicos, sensoriais e intelectuais.

#### ARTIGO 3.º

Para além dos objectivos da educação em geral, deverá a educação especial ter particularmente em conta:

- O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais de crianças deficientes;
- A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- A redução das limitações e do impacto provocados pela deficiência;
- O apoio na inserção familiar, escolar e social;
- O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa por parte de jovens deficientes, em colaboração com os serviços de formação e reabilitação profissional, com os serviços de colocação e com as oficinas protegidas no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais ou do Ministério do Trabalho.

#### ARTIGO 4.º

1 — A educação especial, no que respeita aos educandos, processar-se-á, sempre que possível, nos estabelecimentos regulares de educação.

2 — Para o efeito, caberá aos estabelecimentos regulares de educação proceder ao progressivo reajustamento das suas estruturas, e aos serviços de educação especial caberá proporcionar as condições de apoio que se considerem necessárias.

#### ARTIGO 5.º

1 — Compete aos serviços de educação especial promover a criação de estruturas específicas sempre que, pela natureza dos casos, não seja aconselhável, definitiva ou temporariamente, o seu atendimento por parte dos estabelecimentos regulares de educação.

2 — A definição dos casos em que o atendimento não seja aconselhável por parte dos estabelecimentos regulares de educação cabe aos competentes departamentos do Ministério da Educação e Investigação Científica, em colaboração com os respectivos serviços do Ministério dos Assuntos Sociais.

#### ARTIGO 6.º

1 — Os deficientes integrados nas estruturas regulares de educação são apoiados pelos serviços de educação especial enquanto necessitem ao longo da sua escolaridade, em qualquer nível de ensino.

2 — O apoio a nível do ensino superior processa-se em colaboração com os respectivos serviços, à medida que os serviços de educação especial se forem estruturando e alargando.

3 — A orientação escolar de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem ou com problemas de comportamento é da competência da Divisão de Orientação Educativa, da Direcção-Geral do Ensino Básico, que terá, para o efeito, sempre que necessário, o apoio dos serviços de educação especial.

#### ARTIGO 7.º

Os jovens que não possam prosseguir estudos integrados em estruturas regulares de educação devem ser encaminhados para oficinas polivalentes a criar nos centros de educação especial, onde receberão adequada formação pré-profissional, para centros de reabilitação e formação profissional e para trabalho protegido no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais ou do Ministério do Trabalho, se se reconhecer a impossibilidade da sua inserção no mercado do emprego competitivo.

#### CAPÍTULO II

### Organização central e regional das actividades de educação especial

#### ARTIGO 8.º

1 — É criado na dependência do Ministério da Educação e Investigação Científica o Instituto de Educação Especial.

2 — O Instituto é pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

3 — O Instituto tem por objectivo a direcção e coordenação de todos os serviços que se destinam à educação de crianças e jovens deficientes.

#### ARTIGO 9.º

São atribuições do Instituto de Educação Especial:

- Contribuir para a definição da política de educação e ensino especial em articulação e como parte da política nacional de reabilitação de deficientes;
- Promover o planeamento das acções visando a progressiva cobertura das necessidades do País;
- Superintender na coordenação técnica e na orientação pedagógica dos serviços de educação e do ensino especial;
- Apoiar a acção dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, de acordo com a Lei n.º 9/79, de 19 de Março;
- Promover, com o apoio dos respectivos serviços de formação, a actualização e formação permanente de professores e técnicos em colaboração com os centros de educação especial e apoiar iniciativas particulares que visem os mesmos objectivos;
- Incentivar a investigação científica e técnica no domínio da educação e do ensino especial;

g) Sensibilizar a opinião pública para os problemas do ensino especial, tendo em vista o reforço da solidariedade e o fomento da participação dos cidadãos na concretização do direito dos deficientes ao ensino e à integração social.

#### ARTIGO 10.º

Para a prossecução das suas atribuições, compete, designadamente, ao Instituto de Educação Especial:

- Coordenar e superintender na actividade dos serviços e instituições públicas de educação e ensino especial que nele se integrem ou dele dependam;
- Planear as acções de educação especial em coordenação com os serviços centrais e regionais relacionados com o sector;
- Dar parecer sobre os planos de acção regional e submetê-los à consideração superior;
- Assegurar a articulação harmoniosa dos diferentes serviços a nível regional, de modo a promover o mais eficaz aproveitamento dos recursos;
- Estudar e propor planos de estudo e programas e formas de avaliação adequados às dificuldades individuais das crianças e dos jovens deficientes, quando integrados em escolas ou classes regulares, e assegurar a validade dos respectivos diplomas;
- Fomentar a permuta de experiências e programas realizados a nível regional;
- Organizar com regularidade acções de formação permanente de pessoal com o apoio dos demais organismos de formação;
- Colaborar nas acções de formação de pessoal de iniciativa regional ou local;
- Assegurar a difusão de documentação pedagógica actualizada;
- Apoiar financeira e tecnicamente iniciativas privadas e cooperativas de educação e ensino especial, de acordo com critérios objectivos de avaliação da sua viabilidade e eficácia fixados em diploma próprio;
- Assegurar o intercâmbio com outros países para troca de pontos de vista, apoio técnico e formação de pessoal;
- Colaborar com a Direcção-Geral do Equipamento Escolar no que respeita à normalização do equipamento;
- Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica.

#### ARTIGO 11.º

Os centros de educação especial, designados abreviadamente por CEE, são órgãos regionais com autonomia administrativa que integram um ou mais serviços ou estabelecimentos de educação e ensino para crianças e jovens deficientes e exercem a sua acção em áreas a determinar, caso a caso, por despacho ministerial.

#### ARTIGO 12.º

1 — Os centros de educação especial são criados por decreto simples, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro.

2 — Os serviços e estabelecimentos públicos de educação e ensino especial são criados mediante portaria conjunta dos Ministros das Finanças e do Plano e da Educação e Investigação Científica, da qual constará obrigatoriamente a indicação do CEE em que ficarão integrados.

#### ARTIGO 13.º

Compete aos centros de educação especial, em conformidade com a orientação do Instituto de Educação Especial:

- Coordenar, na respec-

tiva área, a educação e o ensino das crianças e dos jovens deficientes;

- Gerir os serviços e estabelecimentos próprios;
- Celebrar acordos com as entidades que necessitem do seu apoio ou com outras de cujo serviço careçam;
- Elaborar programas e planos de acção e submetê-los à aprovação do Instituto de Educação Especial;
- Promover a nível regional acções de formação permanente do pessoal;
- Sensibilizar as populações no sentido do desenvolvimento de atitudes adequadas em relação aos deficientes;
- Dinamizar e apoiar, com respeito pela sua autonomia, as iniciativas locais tendentes à educação e integração de crianças e jovens deficientes.

#### ARTIGO 14.º

1 — As acções levadas a efeito no âmbito da educação especial são programadas e executadas de acordo com a política nacional de reabilitação de deficientes planificada e coordenada pelo Secretariado Nacional de Reabilitação.

2 — Os serviços centrais e regionais de educação especial previstos nesta lei são apoiados pelos competentes departamentos de outros Ministérios intervenientes directa ou indirectamente nos problemas de educação e reabilitação dos deficientes de acordo com as directrizes do Conselho Nacional de Reabilitação, por forma a garantir uma adequada articulação com o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço de Emprego e o Sistema Unificado de Segurança Social.

#### CAPÍTULO III

### Disposições finais e transitórias

#### ARTIGO 15.º

1 — Os centros de educação especial existentes no âmbito do Instituto da Família e Acção Social, do Ministério dos Assuntos Sociais, transitam para o âmbito do Instituto de Educação Especial com todo o seu pessoal, património e programas de investimento.

2 — O Governo procederá à revisão do Regulamento dos Centros de Educação Especial, por forma a garantir a participação democrática dos respectivos trabalhadores na sua gestão.

#### ARTIGO 16.º

1 — Os serviços e estabelecimentos que prosseguem actividades de educação e de ensino especial ou afins no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais ficam na dependência técnico-pedagógica do Instituto de Educação Especial, devendo ser definida em relação a cada um deles a forma de articulação, designadamente no

que respeita às condições de integração nos CEE da respectiva área.

2 — Não são considerados para efeitos do disposto no n.º 1 do presente artigo os estabelecimentos e serviços no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, nem os centros de paralisia cerebral.

#### ARTIGO 17.º

Os acordos de cooperação celebrados entre o Instituto da Família e Acção Social e instituições particulares de assistência no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, relativos a serviços, à educação e ao ensino especial, transitam, nos seus precisos termos para os CEE das respectivas áreas.

#### ARTIGO 18.º

1 — O Governo legislará, por decreto-lei, no prazo de cento e oitenta dias após a publicação desta lei, sobre a organização, quadro de pessoal, normas de recrutamento e regime de provimento dos serviços centrais e regionais de educação especial e condições de transferência de pessoal.

2 — Os funcionários que prestam serviço nas estruturas do Ministério da Educação e do Ministério dos Assuntos Sociais e que venham a ser integrados nos serviços de educação especial nos termos da presente lei mantêm todos os direitos e regalias que possuírem à data da sua integração.

#### ARTIGO 19.º

O Governo promoverá a elaboração e apresentará à Assembleia da República até ao termo do último trimestre do ano de 1979 uma proposta de lei de bases gerais do ensino especial, mantendo-se entretanto em vigor toda a legislação que não contrarie o disposto na presente lei.

#### ARTIGO 20.º

No prazo de noventa dias, ouvidas as respectivas estruturas representativas, o Governo publicará, mediante decreto-lei, o estatuto dos docentes e técnicos de educação especial, no qual se definam as respectivas carreiras, critérios de admissão, regime de trabalho e relações com o quadro geral dos funcionários do Ministério da Educação e Investigação Científica.

#### ARTIGO 21.º

O Governo incluirá na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1980 um programa de isenções fiscais que promova o acesso dos deficientes aos materiais didácticos necessários ao exercício do seu direito ao ensino.

Aprovado em 26 de Julho de 1979.

O Presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos.

Promulgado em 3 de Setembro de 1979.

## NATAL — ADFA — 79

(Continuação da 4.ª pag.)

## DELEGAÇÃO DE VISEU

Conforme vem sendo habitual, a Delegação da ADFA de Viseu vai organizar a sua Festa de Natal a 22 de Dezembro na Cave do Edifício dos Bombeiros Voluntários.

Embora cada associado receba em sua casa, o programa detalhado desta festividade, não é demais referir o seu conteúdo.

Assim, o almoço está previsto para as 12.30 horas, havendo a preocupação de o mesmo não ultrapassar as 14 horas. Quanto ao espectáculo propriamente dito, está a ha-

ver contactos com uma parelha de palhaços que no ano passado constituiu o polo de interesse e divertimento dos presentes. No intervalo dos mesmos, haverá distribuição de lembranças a todos os filhos dos associados.

Possivelmente, actuarão ainda um grupo de Fados de Coimbra e fantoches.

Chamamos a atenção para o próximo número do «ELO», onde será referido o programa definitivo.

Com saudações associativas.

## MUDANÇA DE INSTALAÇÕES DOS S. S. F. A. NO PORTO

Informam-se os associados interessados, que desde o dia 1 de Outubro de 1979, a Delegação do Porto dos Serviços Sociais das Forças Armadas, funciona no Prédio Militar da Avenida de França, 253-r/c Dt.º, 4000 Porto.

# CURSO DE PRÓTESES DO MEMBRO INFERIOR

(Continuação de 7.º pag.)  
afinal é o único móbil destas iniciativas.»

## COMUNICAÇÃO DO DIRECTOR CLÍNICO DO CMR NA SESSÃO DE ABERTURA DO CURSO DE PRÓTESES

Encontramo-nos hoje todos aqui a ilustrar a sessão de abertura de um Seminário e Curso sobre próteses para amputados do membro inferior a ser ministrado por uma equipa docente da Escola de Próteses e Ortóteses da Universidade de Nova Iorque, coordenada pelo seu Director, Dr. Sidney Fishmann.

Não é a primeira vez que tal grupo se desloca a Portugal com o fim de leccionar assuntos da sua especialidade. De facto, entre 1968 e 1973, a convite do fundador e primeiro Director Clínico deste Centro, dr. Víctor Santana Carlos, equipa idêntica, aproveitando a pausa de Verão naquela Escola, esteve nesta casa, dando a sua valiosa contribuição na difusão da matéria entre os profissionais médicos e técnicos oficiais de vários pontos do País.

Esta iniciativa teve principalmente grande impacto no nosso meio oficial que viu assim proporcionar-se-lhes a oportunidade de modernizar os seus precários conhecimentos sobre a matéria de um modo sistemático e desde os seus fundamentos.

Além disso, estes cursos serviram também para alertar e incitar os médicos neles participantes a se debruçarem sobre esta ciência de modo a mais esclarecidamente atenderem os seus doentes amputados ou portadores de outras alterações musculoesqueléticas carecidos de compensação por meio de próteses e ortóteses.

No princípio da década de 60, o nosso meio, no respeitante a estes dispositivos de compensação motora, encontrava-se muito atrasado, mau grado o esforço e a boa vontade de alguns médicos e oficinas ortopédicas.

Poderei dizer que foi o retorno dos primeiros bolséis que no estrangeiro haviam seguido um programa de formação com o fim de provar este Centro de Alcoitão, ainda em construção, com o pessoal técnico necessário à sua prevista função, que permitiu organizar a primeira Clínica de Próteses dos tempos modernos no nosso País.

Numa dependência do então denominado Instituto de Assistência aos Inválidos, trabalhou durante alguns anos uma equipa completa de reabilitação de amputados, constituída por médicos e colaboração e diálogo com as casas ortopédicas de Lisboa.

Essa Clínica e essas casas não foram no entanto consideradas suficientes para atender o grande número de amputados que começaram a surgir por motivo das guerras de África. Foi então que, em 1964, a República Federal da Alemanha se ofereceu para auxiliar no tratamento e reabilitação desses militares. Desde então e até agora muitas dezenas de casos foram atendidos no Hospital Militar de Hamburgo.

Neste contexto e querendo proporcionar uma melhor solução para o assunto, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas instalou no Porto, há 4 anos, a sua primeira oficina de Próteses e Ortóteses para servir não só os seus associados como também qualquer outro amputado que aí acorra ou seja enviado.

Com o fim de aperfeiçoar o seu pessoal técnico-oficial e mais uma vez sensibilizar o meio médico e estruturas responsáveis, resolveu agora aquela Associação promover o Curso que vai decorrer.

Esta iniciativa foi como das outras vezes entusiasticamente auxiliada pelo Coordenador da Oficina de Próteses deste Centro, que logo se constituiu o elemento de ligação entre as três entidades que vieram a contribuir para a sua efectivação: ADFA, CMR e NYU.

Há que salientar, desta vez, a feliz ideia de ministrar o programa de uma semana em conjunto para médicos, devendo, no entanto, estes últimos, prosseguir — desde que ainda o não tenham feito — a parte prática oficial por mais duas semanas, no Porto.

Esta aquisição de conhecimentos em comum por parte dos três grupos profissionais intervenientes predisporá a melhor conhecer o papel de cada um na tarefa em que são corresponsáveis e se pretende seja efectuada em espírito de equipa.

Outra inovação foi a de se terem junto duas organizações com responsabilidades neste capítulo — uma do Porto, a ADFA, e outra nos arredores de Lisboa, este CMR — para, em comum, realizarem este encontro com o propósito de uma maior consciencialização dos problemas postos pelos amputados.

Se o passado foi a boa vontade, às vezes o imprevisível, ajudado pelas luzes recebidas em uma ou outra visita ao estrangeiro; se o presente tem sido, até agora, a ministração de conhecimentos por meio de professores visitantes na expectativa de esses serem transmitidos a outros tantos nas clínicas e nas bancadas de trabalho; o futuro tem de ser o estabelecimento de ensino permanente e sistemático no nosso País e pela nossa gente.

Os responsáveis pelas oficinas surgidas por esse País fora: no Porto, Coimbra, Lisboa, Alcoitão, Montemor-o-Novo e Funchal assim o reclamam. O interminável número de amputados assim o espera e os Serviços de Saúde Nacionais assim o exigem.

Urge a instauração de Cursos de Formação e Actualização para Protéticos e Actualização para Protéticos e Ortóticos e eventuais Cursos de Post-graduação para médicos e terapeutas de modo a tratarmos mais esclarecida e eficientemente os doentes que destes dispositivos necessitam.

Lembre-mo-nos que a necessidade de próteses e também de ortóteses será con-

tinuamente crescente, não só porque há que substituir as que se vão deteriorando pelo uso, como novos casos vão sempre aparecendo por motivo de doenças e acidentes.



Mas se as carências em Portugal poderão ser satisfeitas, ainda que precariamente, que dizer das dos novos países africanos, antigos territórios portugueses? Os seus meios são aterradoramente escassos e o contingente de estropiados pelas minas, tiroteios e outras causas é imenso. E para quem se hão-de voltar se não para nós se, entretanto dispusermos de facilidades para preparação de pessoal técnico nesta matéria? A mesma língua e afinidades culturais a isso os impele.

Criada há mais de 20 anos, a Escola de Reabilitação agora funcionando neste Centro teve e tem como fim a formação de pessoal nas novas profissões que a emergente especialidade exigiu: Terapêutica Ocupacional, Fisioterapia e Terapêutica da Fala. Nela foi acrescentada a missão de fornecer cursos de post-graduação na especialidade de Enfermagem. Tem, no entanto, sido impossível até agora juntar ao seu curriculum o curso de formação em Próteses e Ortóteses apesar dos esforços empreendidos e quase bem sucedidos que tiveram lugar em 1973 quando se viu um seu programa para tal elaborado, aprovado ministerialmente.

A promulgação do documento uniformizando as carreiras de técnicos auxiliares de saúde criadas há

mais de um ano; a vontade por parte da Direcção-Geral dos Hospitais de proporcionar os meios de formação desse pessoal e a disponibilidade deste Centro de Medicina de Reabilitação, através da sua Escola, para acolher o mencionado curso e lhe dar sequência, são certamente sintomas auspiciosos de efectivação desse velho sonho.

É nesta perspectiva que acolhemos a realização de mais este curso ministrado pela New York University esperando que ela seja uma das últimas medidas tomadas antes de nós, portugueses, estarmos finalmente habilitados com estruturas legais e científicas capazes de proporcionar a formação integral dos nossos protéticos e ortóticos e contribuir para a dignificação desta profissão.



Alcoitão, 23 de Julho de 1979.

Finalizou a sessão o Dr. Sidney Fishmann, que depois de historiar a criação da Prosthetics and Orthotics Post-Graduate Medical School, referiu a constituição e funções da equipa clínica de amputados, assim como a importância deste curso na interligação médico-técnico-terapêutica, na reabilitação dos amputados.

## ACÇÕES COMPLEMENTARES

A docência da 1.ª parte do curso no Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, obrigou a que para ali se deslocassem elementos do Secretariado da ADFA-Porto a fim de conjuntamente com o Secretariado do Alcoitão, se ocuparem das ta-

refas inerentes ao desenrolar do Curso.

Para tal, foram constituídos dois grupos de trabalho, designados por recepção e informações, cabendo ao primeiro a distribuição de materiais, regularização da documentação dos participantes, coordenação dos amputados, para além da coordenação geral do curso por forma a que o programa fosse cumprido em todos os seus aspectos; o segundo grupo providenciou pela assinatura do ponto, venda de senhas para as refeições e para o serviço de bar, montado expressamente para o efeito.

Na segunda parte do Curso que decorreu na ADFA-Porto, a coordenação geral esteve a cargo do Secretariado do Porto, que providenciou pela assinatura das folhas de presença, comparência dos amputados nas datas e horas convenientes, documentação necessária, transportes, para além da condução de todos os aspectos circunspetos à ministração do Curso.

## AVALIAÇÃO

Tratando-se de um curso de aperfeiçoamento e aquisição de novos conhecimentos no campo específico das amputações do membro inferior, impunha-se a respectiva avaliação final.

Assim, no dia 27 de Julho, prestaram provas de avaliação 22 médicos e 27 fisioterapeutas, dos quais apenas um fisioterapeuta não obteve o mínimo de classificação exigido (65 pontos).

Recusaram-se a prestar provas de avaliação 6 médicos e 2 fisioterapeutas, pelo que não lhes poderá ser reconhecido o respectivo aproveitamento.

Ainda com vista à avaliação de conhecimentos adquiridos na primeira parte do curso, foram prestadas provas pelos 10 protéticos presentes, no dia 30 de Julho, provas estas já efectuadas nas instalações da ADFA-Porto.

A avaliação de conhecimentos adquiridos pelos protéticos, na segunda parte do curso, foi feita através da realização de uma segunda prova teórica e de duas avaliações sobre o trabalho prático executado no decorrer do curso,

sendo a classificação final a média das quatro provas.

Verificou-se que todos os protéticos presentes concluíram o curso com aproveitamento.

## OFICIALIZAÇÃO

Desejou esta ADFA-Porto, que o «PROTADFA 79» fosse mais do que uma simples iniciativa de carácter particular, pelo que desde o seu início, enviou todos os esforços, no sentido de ser reconhecido pelas entidades oficiais, nomeadamente por parte da Direcção-Geral dos Hospitais.

Assim, em 3 de Abril de 1979, realizou-se um encontro entre um elemento da Direcção-Geral dos Hospitais. Neste encontro, para além do interesse manifestado por aquele Director-Geral em relação a esta iniciativa, expresso na possibilidade da DGH dispensar o seu pessoal durante o funcionamento do Curso, foi aventada a possibilidade do reconhecimento oficial do curso, mediante o estudo do seu programa, duração e curriculum dos respectivos docentes.

Após apreciação dos referidos elementos, veio a DGH, em 20 de Julho de 1979, a considerar que, devido à duração do Curso (3 semanas) não poderia o mesmo ser considerado como «curso de formação», não se pronunciando, no entanto, sobre a sua oficialização.

Interessou-se o Ministério da Defesa Nacional pelo assunto, tendo em 8 de Agosto de 1979, solicitado à DGH a satisfação das pretensões da ADFA-Porto. Respondeu a DGH que não podia oficializar o curso em virtude de se tratar de um curso intensivo sobre uma região anatómica determinada, limitado no tempo e das implicações que a passagem dos respectivos diplomas poderiam ter nas carreiras profissionais de técnicos paramédicos, dando origem a situações dúbias.

Com vista a um melhor esclarecimento do assunto, solicitou a ADFA-Porto uma audiência ao Director-Geral dos Hospitais, Dr. Mário Gomes Marques. Nesta audiência realizada em 16 de Outubro de 1979 confirmou aquele Director-Geral a decisão de não homologação do curso por parte da DGH, apontando detalhadamente as razões de tal decisão. Sugeriu no entanto, que face à reconhecida participação do CMR-Alcoitão nesta iniciativa, poderiam os respectivos certificados do curso serem passados por aquela entidade.

Salienta-se entretanto, que o CMR-Alcoitão participou igualmente nas diligências, com vista ao reconhecimento oficial do curso.

## A ADFA TAMBÉM FAZ SEGUROS

No intuito de prestar mais um serviço aos seus associados, a ADFA criou uma secção onde se encarrega de tratar de todos os assuntos relacionados com seguros.

Acidentes de trabalho ou automóvel, de incêndio ou roubo, entre outros, são preocupações constantes que convém prevenir. FAZ OS TEUS SEGUROS NA ADFA — PORTO

# O HOMEM DAS CAUTELAS

O comboio atanca, ru-mo ao Porto. Momentos depois entra o Homem-das-Cautelas. Olha-me com ar desanimado. Só vamos três pessoas nesta carruagem, talvez porque falta um vidro numa das janelas, o que também acontece na imediata. (Quando entenderá a C. P. que o comboio é um transporte para servir o público e o mais importante não é o lucro?) O Homem-das-Cautelas mira-nos bem e chega com certeza à conclusão de que não somos compradores. No entanto é para vender as cautelas que ele ali está. Exclama com voz atabalhoada e incerta:

— Trago as listas. Con-sultem as listas — e mais confiante agora, acrescenta — É a taluda! Quem sabe se nesta viagem vai encontrar a Sorte?

Volta a olhar-nos e pe-rante o nosso silêncio se-gue o seu caminho.

Vou para o Porto assis-tir a uma reunião do Se-cretariado Nacional da nossa Associação.

Fico a pensar onde já vi este homem, pois sei que o conheço! De onde? Ah! Já me recordo! Foi numa reunião da Associação Nacional dos Deficientes Si-nistrados do Trabalho para a qual a ADFA cedeu

as instalações da Sede e onde estive destacado para dar o apoio que fosse ne-cessário. Lembro-me vaga-mente da sua intervenção em que o nosso Homem-das-Cautelas falava da si-tuação injusta em que vi-vem os Sinistrados do Tra-balho e da necessidade de luta para a modificarem.

A viagem é longa e o Pensamento é livre. Ao ver afastar-se este deficiente, amparado a duas muletas de madeira e com a perna amputada, algumas ques-tões me passam pelo espí-rito. Como terá acontecido o seu acidente? Qual seria a sua profissão? Que rea-bilitação lhe deram? Que

garantias sociais possui?

Volto atrás ao tempo da Guerra Colonial em África, ao momento em que também uma mina me dei-xou sem uma perna e às terríveis interrogações que punha a mim mesmo.

— O que vou fazer ago-ra? Pedir esmola, vender cautelas ou viver às sopas de alguém? Enfim, qual iria ser o meu estatuto so-cial?

Entretanto já sete anos passaram. Há cinco acon-teceu Abril, os Deficientes das Forças Armadas cria-ram a sua Associação (a nossa ADFA) que hoje é

uma grande realidade — que alguns senhores que-gostem ou não os saudo-sistas do Passado. Para nós já muitas preocupações se resolveram. Mas HÁ TAN-TAS AINDA A ESPERA! Lembremos os camaradas injustamente considerados «em serviço» e aqueles que se deficientaram quando ao serviço das Forças Ar-madas que nem sequer es-tão abrangidos por nenhu-ma lei.

Lembremos que a Rea-bilitação, a garantia de emprego, o ensino de no-vas profissões, tudo isto é praticamente inexistente neste País em que a Cons-tituição tanto promete e

que alguns senhores que-gostem ou não os saudo-sistas do Passado. Para nós já muitas preocupações se resolveram. Mas HÁ TAN-TAS AINDA A ESPERA! Lembremos os camaradas injustamente considerados «em serviço» e aqueles que se deficientaram quando ao serviço das Forças Ar-madas que nem sequer es-tão abrangidos por nenhu-ma lei.

Mas não esqueçamos nunca o dever de solidari-edade para com todos os Deficientes Portugueses.

Porque são preocupações antigas e actuais, agarrei-me ao papel e escrevi. Para mim, para nós.

Santos Brás  
Sócio 2638

## CEGOS - SURDOS - MUDOS EM DESCOBERTA DO MUNDO

Dos diversos materiais rece-bidos na nossa redacção, por vários organismos, pensamos que pela sua importância e interesse, destacar este artigo da Agência Novosti, no qual demonstra que par a Reabi-litação, Integração e Ensino, todas as barreiras poderão realmente ser derubadas.

No início dos anos 30, Ivan Sokolianski, fundador da ti-flosurdo-pedagogia, organizou, em Karkhov, um internato para crianças cegas-surdas-mudas, estabelecimento único no gê-nero. Iniciou-se a guerra e, em 1941, as crianças doentes foram mortas pelos nazis.

Vinte anos depois, o inter-nato foi de novo aberto, desta vez, perto de Moscovo, em Zagorsk. A iniciativa coube ao jovem professor Al. Aprau-cheve, actual director do cen-tro. Ao entrar no centro, onde se encontram 50 crianças, sente-se um silêncio estranho, cheio de ruídos confusos. Como explica o director, muitas destas crianças não sabem andar, nem assumir posições humanas; muitas vezes nem sabem mastigar. A sua energia biológica transparece sob a forma de um balancear rítmico. O mundo destas crian-ças consiste num caos de sen-sações. É nestas condições que se inicia um trabalho mi-nucioso e pleno de abnegação de forma a fazê-las sair deste estado vegetativo.

Os educadores têm como tarefa primeira formar na crian-ça doente hábitos para que ela possa assegurar as suas necessidades pessoais, ele-mentos da actividade humana e ensinar-lhas os meios de con-tacto.

Desde o primeiro instante, a criança deixa de se sentir só. Passam a ser dois, ela e o professor. Começam por comu-nicar por meio de objectos e acções, dão-se os primeiros passos para a língua dos ges-tos.

Mas, para aprender um ges-to elementar como «lavar-se» são necessários, no mínimo, dois meses.

Começa-se por acordar a criança. O professor coloca-lhe na mão uma toalha, con-du-lo à casa de banho, abre a torneira e começa a lavá-lo agarrando-lhe a mão. A acção do professor vai diminuindo gradualmente. Com o tempo basta-lhe a dar a toalha e a criança compreende de imediato o que querem dele e começa a lavar-se. Chegará a altura em que um ligeiro gesto na bochecha significa que está na hora de se lavar.

### O mundo das palavras

Os corredores do internato são claros e espaçosos. A di-reita e à esquerda abrem-se pequenas salas com paredes de vidro à altura dos ombros. Em cada uma das salas en-contram-se três crianças e um educador. Estes já conhecem dezenas de gestos e alguns elementos de dactilografia. Ul-trapassaram, portanto, a barreira do contacto a dois. As primeiras palavras que apre-ndem são — colher, cadeira, toma, passear, defesa, senta-te.

Só o contacto através da palavra permite à criança cega-surda-muda aprender a língua escrita e posteriormente adquirir outros conhecimentos. Não existe outro meio. Quando estas crianças iniciam os es-tudos escolares já se explicam facilmente em dactilografia, ainda que o ensino prático seja o mais importante. Cada nova palavra tem de ser con-tretizada, refaccionada com o objecto ou a acção desenvol-vida pela criança.

Neste sentido, o Centro pos-sui uma «exploração natural», em miniatura (um pomar, uma horte, um galinheiro, uma coelheira...).

Os animais são tratados por todas as crianças, rotativamen-

te. Estas estão profundamen-te ligadas aos animais. Quan-do se observa a habilidade com que elas os tratam, é fácil esquecer que estas crian-ças são cegas.

### Uma aula colectiva

Quais os passos necessá-rios para se chegar a uma aula colectiva? Como traba-lhar não só com um aluno mas com vários da forma a que o professor se faça enten-der? Só os cursos em grupo podem criar o clima propício à verdadeira percepção da vi-da e a um desenvolvimento normal.

Quando o centro abriu não existia ainda, a nível mundial quaisquer materiais técnicos que permitissem fazer aulas em grupo. O único aparelho existente, o aparelho de te-lectacto criado por Sokolianski, era insuficiente.

Actualmente, existe em ca-da classe, diante do professor uma mesa de «comando» que permite contactar com três, cinco ou dez alunos. As crian-ças recebem nas suas mesas as informações sob a forma de letras do alfabeto braille. Ao mesmo tempo, os alunos podem contactar entre si e com o professor. Este apare-lho foi criado e fabricado no centro. A partir daqui, as crian-ças têm a possibilidade de contactar com qualquer pes-soa que saiba escrever à má-quina.

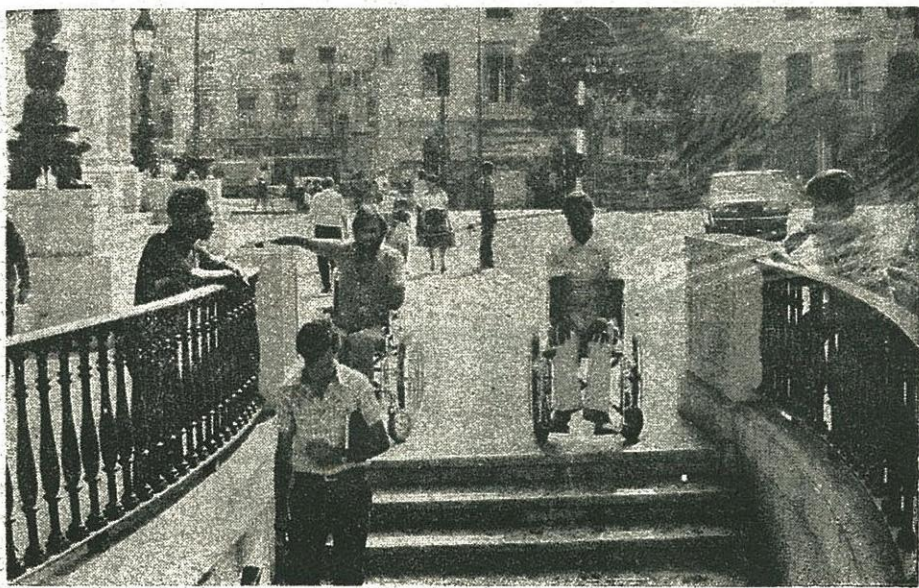
### A biblioteca

É claro que esta não se assemelha a uma biblioteca normal. Todos os livros são escritos em alfabeto braille. A iniciação à literatura começa por inscrições sob a forma de jornal, onde são descritos acontecimentos pessoais e posteriormente episódios da vida do centro.

Com o tempo as cenas des-critas pelos educadores come-çam a despertar interesse no aluno e este faz o início à literatura.

### O dia a dia

Neste momento, saíram des-te centro de recuperação 25 alunos que descobriram a sua personalidade. Os quatro mais dotados são colaboradores científicos do Instituto de Psico-logia da Academia de Ciências da URSS. Os outros trabalham em empresas ligadas à socie-dade de cegos da Rússia. Estes jovens têm uma vida acti-va e útil: praticam atletismo, ski, patinagem; lêem muito. Alguns deles casaram mesmo e têm filhos perfeitamente nor-mais.



## UM MILHÃO DE DEFICIENTES

O tempo é essencial para tudo. Pena é que muitas vezes ele não seja um pouco mais longo para assim dar possibili-dades a algumas pessoas de chegarem mais longe e participarem activa-mente em coisas válidas — talvez até indispensá-veis — que vão ficando esquecidas.

Serei eu uma dessas últimas pessoas a quem o tempo é sempre es-casso...

De tal maneira que ainda não tive oportuni-dade para me debruçar numa questão actual que diz respeito a todos os portugueses: são as «Eleições Intercalares».

Ontem, quando arru-mava os meus pensamen-

tos a fim de poder che-gar também a esse assun-to, ocorreu-me uma ideia referida aos deficientes. Mais propriamente a quase um milhão de de-ficientes!

Não é de hoje nem de ontem que os problemas respeitantes a este sec-tor me vêm preocupando e até merecendo aqui e ali alguma achega, cola-borando portanto em algo do pouco que se tem feito neste sector.

Um milhão de defi-cientes, não é um núme-ro assustador; mas é muito respeitável, a tal ponto que estes homens muito mais já mereciam.

Lembrei-me então que esse milhão de deficien-tes vai pôr o seu voto nos mais variados secto-res, o que é normal, por-que estamos em demo-cracia. E há que defendê-la com a grande arma que é o voto.

Porém, pensei, que bom não seria a unidade de todos esses deficien-

tes. Um voto único em alguém, deficiente ou não, mas que fundamen-talmente conhecesse de perto os problemas deles e se prontificasse e res-ponsabilizasse a resolvê-las de maneira a que os deficientes não fossem mais marginalizados: pu-dessem ter emprego, assistência médica, pen-sões, ausência de barreiras arquitectónicas, en-fim que fossem conside-radas pelos seus meios cidadãos de igualdade com todos os portugueses.

Poderá ser esta minha ideia inaproveitável: pô-derá não ter a receptivi-dade ou até ser detur-pada por alguém que por ela passeie os seus olhos. Porém, a intenção é boa. É o fruto talvez da mi-nha preocupação de de-ficiente, da minha fome, do meu desejo, afinal do aproveitamento da força que vejo esbanjada, aos soluços, que se chama um milhão de deficien-tes.

SA FLORES

## FOTÓGRAFO DA ADFA

Por o fotógrafo da ADFA ter sido vítima de um acidente com uma arma de pressão de ar que lhe causou a perda de uma vista, encontra-se o «Elo» na necessidade de apresentar algumas fotografias de arquivo, para o que contamos com a compreensão dos nossos Associados e assinantes para esta falha.

Aproveitamos a oportunidade para nos solidarizar-mos com este camarada que tem dado um valioso contributo ao nosso «Elo» (todas as fotografias de arquivo são da sua responsabilidade) e desejamos-lhe rápidas melhoras na certeza de que apesar deste seu acidente voltaremos a ter a sua contribuição.

JORNAL «ELO»

CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO E ASSINATURAS — COLABORA

TIRAGEM DESTE NÚMERO 8 000 EXEMPLARES

# ENCONTRO MUNDIAL DE EX-COMBATENTES

(Continuação da 1.ª página)

a posse de armas poderosas, assim como a supremacia militar são indispensáveis para assegurar a independência, a soberania e a segurança do seu país.

5. Ora hoje, a acumulação de armamento cada vez mais destruidor e aperfeiçoado, constituem mais um perigo que uma protecção para

numerosos, mas as soluções existem. Elas requerem o concurso da opinião pública, a fim de criar uma vontade comum dos Estados para conduzir o Mundo sobre caminhos os de uma verdadeira segurança internacional e do respeito mútuo. A realização progressiva destes objectivos, exige esforços tenazes e duradouros como nos

nidade, às liberdades: o repúdio a toda a forma de racismo, de apartheid e de doutrinas de agressão ideológica, religiosa ou racial, entre os homens e entre os povos.

8.5 As violações da paz e os crimes contra a humanidade deverão ser sancionadas por uma jurisdição internacional, cuja criação se tornou indispensável.

os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a limitação dos armamentos estratégicos (Acordo SALT II); nós desejamos o encaminhamento rápido e o prosseguimento e desenvolvimento das negociações conduzindo às importantes reduções acordadas e às limitações qualitativas das armas

cional e eficaz. Nós, aprovamos toda a medida susceptível de aprofundar a paz e desenvolver a cooperação internacional dentro do espírito da Acta final da Conferência de Helsinquia sobre a «segurança e cooperação na Europa».

13. Nós, condenamos a agressão sob todas as suas formas e agiremos contra toda a propaganda encorajadora do espírito de agressão e de denominação para com outros Povos, e para favorecer a criação de um clima de confiança recíproca ligado à troca de ideias, ao estabelecimento e aprofundamento de contactos entre os cidadãos de todos os países.

14. Nós desejamos que sejam rapidamente realizadas as condições que permitam convocar a Conferência Mundial sobre o desarmamento prevista na Sessão Extraordinária das Nações Unidas.

15. Nós apelamos aos governos a fim de que eles respeitem os compromissos que subscreveram no documento final na sessão extraordinária e para que no quadro do processo adoptado, eles dêem um seguimento rápido às conclusões a que chegaram de comum acordo.

16. Nós convidamos os responsáveis da informação e os educadores, a pôr em evidência os perigos da corrida aos armamentos, da necessidade dum desarmamento recíproco, simultâneo e controlado e a contribui-

rem para vencer as dificuldades para o conseguir.

17. Nós apelamos às mulheres, aos homens e em particular à juventude, que participem num esforço comum, visando novos e pacíficos caminhos.

Nós lhes apelamos igualmente que contribuam para o sucesso da semana de promoção dos objectivos de desarmamento, decidida pelas Nações Unidas, com início todos os anos em 24 de Outubro, dia do aniversário da sua fundação.

18. Representantes dos ex-combatentes, vítimas de guerra, resistentes, deportados, deficientes, prisioneiros de guerra, combatentes de guerras, de libertação e de independência, vindos de 54 países de todos os continentes, conscientes das nossas responsabilidades e da força moral que representa a nossa vontade comum.

Nós recusamos a fatalidade da guerra.

Nós nos comprometemos para o desarmamento.

Confiantes nos destinos do homem nós nos recusamos a deixar às gerações futuras um mundo de ruínas, de desolação e de morte.

Nós afirmamos a nossa vontade de contribuir a construir um mundo de vida, de progresso e de justiça no respeito da liberdade e da dignidade da pessoa humana.

Roma, 20 de Outubro de 1979.



Aspecto parcial da XVI Assembleia Geral da Federação Mundial de Ex-Combatentes em Florença, em que foi discutido o projecto mensagem que se descreve

a segurança das Nações e o futuro da Humanidade. Todos os Estados membros das Nações Unidas o constatarem quando da sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas consagrada ao desarmamento que decorreu de 23 de Maio a 1 de Julho de 1978 em New York.

6. No entanto, a corrida aos armamentos acelerou-se. As despesas militares não cessam de aumentar. O comércio das armas tomou proporções assustadoras. Isso leva a um enorme desgaste de recursos financeiros, tecnológicos e humanos, em detrimento de todos os povos do mundo, e atrasa a instauração de uma nova ordem económica internacional, baseada na justiça, na igualdade de direitos e deveres e na cooperação.

Além disso, esta situação reflecte e agrava as tensões internacionais, contribui para alimentar conflitos em diversas regiões do mundo, entrava a paz, exacerba os antagonismos entre alianças militares, alimenta a desconfiança e o sentimento de insegurança.

7. É preciso romper este processo, e caminhar em direcção ao desarmamento. Os problemas de carácter político, militar, económico, tecnológico e psicológico são complexos. Os obstáculos são

convida o documento final da sessão extraordinária das Nações Unidas, proclamando que **o desarmamento geral e completo é possível sob controlo internacional eficaz e garantindo a todo o momento a segurança de cada Estado.**

8. É de facto necessário que no plano internacional os Estados respeitem escrupulosamente os compromissos internacionais que eles subscreveram, ponham em aplicação os princípios da Carta das Nações Unidas e a Carta Internacional dos Direitos do Homem particularmente:

8.1 O direito para cada povo à autodeterminação, legítimo proprietário do seu destino e dos recursos naturais.

8.2 O direito para cada estado, grande ou pequeno, o respeito da sua soberania e da sua integridade territorial sob as garantias internacionais apropriadas.

8.3 A interdição do recurso à força ou à ameaça da força, para resolver os diferendos internacionais e a obrigação do procurar soluções:

a) por via negociada entre as partes;

b) por qualquer outro meio de resolução pacífica;

c) por processos jurídicos internacionais.

8.4 O direito de cada ser humano à paz, à dig-

9. Conscientes que medidas eficazes de desarmamento nuclear e a prevenção da guerra nuclear, têm a maior prioridade, **nós entendemos e chamamos a atenção**, para o estado e funcionamento de todas as medidas eficazes para o desarmamento nuclear; o travar da proliferação das armas nucleares, a interdição do acabamento, da fabricação, do aperfeiçoamento qualitativo e do desenvolvimento de todas as armas de destruição maciça.

Paralelamente, nós achamos indispensável uma redução equilibrada e equitativa dos exercícios e dos armamentos clássicos. Em cada etapa de adopção de medidas de desarmamento nuclear ou convencional, o objectivo deverá ser o de evitar todo o desequilíbrio e de garantir uma segurança não diminuída de cada Estado ou grupo de Estados, trazendo os armamentos e as forças militares ao nível mais baixo possível.

10. Nós chamamos à responsabilidade particular, que têm nesse domínio os Países mais armados e as potências nucleares, e nomeadamente aos Estados membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nós concordamos com o acordo realizado entre

estratégicas. Nós julgamos igualmente imperativo que acordos mais vastos entre todas as partes interessadas levem a limitações análogas no que respeita às armas táticas de curto e médio alcance.

O conjunto dessas medidas constitui um passo importante na via do desarmamento nuclear, que responsabilizaria todos os Estados dotados de tais armas e que incitaria os outros países a não entrar na via da proliferação do armamento nuclear.

11. Uma redução progressiva dos orçamentos militares e em primeiro lugar dos Estados mais armados sob uma base mutuamente acordada, contribuirá a travar a corrida aos armamentos e dará maiores possibilidades de remeter ao progresso económico e social — nomeadamente em proveito dos países em vias de desenvolvimento — os recursos actualmente utilizados para fins militares.

12. Nós, que fazemos votos para a construção de um mundo sem guerra, nós aprovamos todo o passo em frente e encorajamos todos os esforços que tenham por objectivo parar a corrida aos armamentos e de prosseguir para o desarmamento geral e completo sob controlo interna-

## 5.º ANIVERSÁRIO DO «ELO» Confraternização comemorativa

A ADFA comemorou já o Quinto Aniversário da sua fundação. Agora é a vez do nosso «ELO» que também faz CINCO ANOS.

Sim, camaradas, no próximo dia 23 de Novembro comemora-se o quinto aniversário do primeiro número do «ELO», jornal dedicado à causa dos deficientes (e como tal pioneiro).

São cinco anos de luta acompanhando e noticiando não só o dia-a-dia da nossa Associação como de uma forma geral todos os problemas dos deficientes no nosso País, servindo por isso de ELO entre a ADFA e a sua enorme massa associativa. São cinco anos de combate, de dificuldades várias, de trabalho árduo na defesa dos Direitos dos Deficientes. São também cinco anos de TRISTEZAS e ALEGRIAS:

— TRISTEZAS por tudo o que ainda está por resolver e que é tanto daquilo que os deficientes precisam, que-rem e têm direito;

— ALEGRIAS por tudo o que já conseguimos e também pela certeza sempre presente de que ao nosso

«ELO» nunca se pôs a questão de continuar mas tão somente de enriquecer o conteúdo da mensagem e melhorar os aspectos da sua apresentação e distribuição.

### FESTA DE ANIVERSÁRIO

Para comemorar esta data a ADFA vai realizar na sexta-feira, 23 de Novembro, nas suas instalações da Sede — Largo de S. Domingos, em Lisboa — um JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO aberto a todos os Associados e Assinantes que queiram participar. Para além do jantar haverá também um pequeno programa cultural.

As inscrições estão abertas até ao dia 20 de Novembro, no bar da Sede.

NÃO ESQUEÇAS, camarada Sócio e amigo assinante do nosso «ELO».

Por um «ELO» cada vez melhor para prosseguir na defesa dos direitos dos deficientes.

**PARTICIPA!!**

**COMPARECE!!**

**NÃO FALTES!!**